MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Procurador-Geral da República

HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS
Vice-Procurador-Geral da República

RENATO BRILL DE GOES
Vice-Procurador-Geral Eleitoral

EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA
Secretário-Geral

**DIÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ELETRÔNICO**

SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03
CEP: 70050-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3105-5100
<http://www.pgr.mpf.mp.br>

SUMÁRIO

	Página
Atos de Subprocuradora-Geral da República.....	1
Conselho Superior.....	2
Procuradoria Regional da República da 3ª Região.....	3
Procuradoria da República no Estado do Acre.....	4
Procuradoria da República no Estado de Alagoas.....	5
Procuradoria da República no Estado do Amapá.....	5
Procuradoria da República no Estado do Amazonas.....	5
Procuradoria da República no Estado da Bahia.....	6
Procuradoria da República no Estado do Ceará.....	9
Procuradoria da República no Distrito Federal.....	10
Procuradoria da República no Estado de Goiás.....	10
Procuradoria da República no Estado do Maranhão.....	11
Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso.....	11
Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.....	12
Procuradoria da República no Estado do Pará.....	15
Procuradoria da República no Estado do Paraíba.....	17
Procuradoria da República no Estado do Paraná.....	17
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.....	18
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.....	19
Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.....	21
Procuradoria da República no Estado de Rondônia.....	22
Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.....	37
Procuradoria da República no Estado de São Paulo.....	38
Expediente.....	43

ATOS DE SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA**PORTARIA PGR/MPF-CADE Nº 4, DE 21 DE JULHO DE 2020**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (“MPF”), pela Subprocuradora-Geral da República, abaixo-assinada, que o representa junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no exercício das atribuições constitucionais e legais, com especial fundamento nos artigos 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal; no artigo 5º, inciso II, alínea “c”, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, também, que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito aos serviços de relevância pública dos quais dependem os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, bem como pela observância dos princípios constitucionais relativos à atividade econômica;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 170, dispõe que a ordem econômica possui fundamento na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, com o fim de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, os princípios da livre concorrência e a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO, ainda, a determinação constitucional no sentido de que a legislação deve reprimir o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros (artigo 173, §4º);

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.529/2011, estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dispondo sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais da liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico, nela estando prevista a atuação de um Ofício permanente do Ministério Público Federal junto ao Cade (artigo 20);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde declarou, em manifestação pública datada de 11/03/2019, que a doença causada pelo coronavírus (COVID-19) atingiu o nível de pandemia, tendo se alastrado por todos os continentes;

CONSIDERANDO que, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, foram definidas medidas pelos Governos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais;

CONSIDERANDO que, em função da pandemia de COVID-19, houve forte aumento da demanda por medicamentos sedativos, adjuvantes na sedação e relaxantes musculares que compõem a relação de fármacos do chamado “kit intubação” utilizados no tratamento de pacientes em ambiente hospitalar;

CONSIDERANDO a essencialidade dos medicamentos que compõem o “kit intubação” no atual cenário de considerável aumento no número de pacientes atendidos pelo sistema de saúde que necessitam de ventilação mecânica, em decorrência da pandemia ocasionada pela COVID-19;

CONSIDERANDO a preocupação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA com o risco de eventual desabastecimento de produtos sujeitos à vigilância sanitária, inclusive medicamentos, manifestada pela publicação, em março deste ano, de Edital de Chamamento, que determinou o envio de informações por empresas fornecedoras de tais produtos, com o objetivo de identificar ameaças à saúde pública relacionadas à pandemia ocasionada pela COVID-19;

CONSIDERANDO, também, as medidas da ANVISA de priorização, flexibilização, simplificação e aceleração no tratamento de demandas relacionadas à COVID-19, bem como o cenário de produção, importação e consumos de medicamentos no Brasil;

CONSIDERANDO as notícias veiculadas na mídia que relatam situações de desabastecimento dos medicamentos que compõem o “kit intubação” em diversos Estados da Federação;

CONSIDERANDO as informações obtidas em apurações efetuadas pelo MPF acerca de dificuldades enfrentadas por Estados e Municípios na aquisição de medicamentos do “kit intubação” relacionadas à falta de produtos disponíveis para fornecimento e à prática de preços significativamente elevados;

CONSIDERANDO que, conforme já indicado, o Ministério Público Federal integra, entre outros atores, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, e que, portanto, tem prerrogativa de acompanhamento, por iniciativa própria, das discussões ligadas a este aspecto, nos diversos setores da economia;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento de fatos que possam configurar aumento de preços e lucros de forma abusiva, por parte de fornecedores de tais medicamentos, na adoção de práticas que não estejam relacionadas à adaptação da capacidade produtiva do setor ao aumento acentuado da demanda, e que visem discriminar, injustificadamente, adquirentes ou pressionar artificialmente o aumento de preços, prejudicando a prestação adequada da saúde pública pelo Estado;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 8º da Resolução nº. 174, de 4 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: (I) acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; (II) acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; (III) apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; e (IV) embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil;

RESOLVE instaurar Procedimento Administrativo para acompanhamento de eventuais irregularidades decorrentes da situação excepcional e subitânea no desabastecimento de medicamentos que compõem o “kit intubação”, e no comportamento de preços correlatos, de modo a, eventualmente, subsidiar possíveis ações, futuras ou contemporâneas à crise da COVID-19, em defesa da concorrência e do melhor interesse público.

Para tanto, determina-se, como providências iniciais a serem tomadas (“a”, “b”, “c”, “d” e “e”), e, futuramente, ao longo do acompanhamento a ser desenvolvido (“f” e “g”), o seguinte:

a) a autuação desta portaria como peça inaugural de procedimento administrativo (Instrução Normativa SG/MPF nº11/2016, artigo 3º c/c Resolução CNMP nº174/2017, artigo 9º) e sua imediata publicação (Resolução CSMPF nº 87/2006, artigo 16, §1º, inciso I c/c Resolução CNMP nº174/2017, artigo 9º);

b) a solicitação de informações à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA acerca da capacidade de fornecimento de produtores/importadores e distribuidores, atual e futura, dos medicamentos que compõem o “kit intubação”;

c) a solicitação de informações ao Ministério da Saúde sobre as necessidades de estoque apresentadas por Estados e Municípios dos medicamentos que compõem o “kit intubação”;

d) a solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União sobre a existência de eventual apuração em curso naquela corte referente ao desabastecimento no sistema de saúde pública dos medicamentos que compõem o “kit intubação”;

e) a juntada do registro da reunião realizada em 17/06/2020 pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19-GIAC do MPF com representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde-CONASS, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde-CONASEMS, do Sindusfarma e da ANVISA, para celebração de acordo voltado a solucionar a situação emergencial de desabastecimento dos medicamentos que compõem o “kit intubação”;

f) a inserção oportuna de outros documentos de que se tiver conhecimento e que sejam relacionados à matéria, como decisões judiciais ou administrativas, notícias de veículos especializados e outros;

g) a constante interface com os Ministérios Públicos Estaduais e Federal, solicitando informações sobre eventuais questões relacionadas a este tema no âmbito específico da atuação de cada um, e, de outro lado, remetendo notícias do andamento atualizado de eventuais procedimentos em trâmite no Cade e prestando, de modo geral, todo tipo de auxílio que se entenda útil ou seja demandado;

h) a juntada do ofício anexo, enviado por Membros do Ministério Público Federal de diferentes unidades, dando conta da matéria a este Ofício.

V. ccls. oportunamente, com os registros de praxe.
Brasília, 23 de julho de 2020.

SAMANTHA CHANTAL DOBROWOLSKI
Subprocuradora-Geral da República
Representante do Ofício junto ao Cade

CONSELHO SUPERIOR

SESSÃO: 26 DATA: 20/07/2020 15:05:34 PERÍODO: 13/07/2020 A 17/07/2020

RELATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA PARA FINS DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Processo: 1.00.001.000092/2020-14 - Eletrônico

Assunto: CSMPF-ANÁLISES DIVERSAS

Origem: PGR

Relator: Assento/CSMPF nº 06(JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAUJO SA)

Data: 15/07/2020

Interessados: MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

Processo: 1.00.001.000093/2020-69 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-AFASTAMENTO DE MEMBROS
PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 04(HINDEMBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO)
Data: 15/07/2020
Interessados: PEDRO MELO POUCHAIN RIBEIRO

Processo: 1.00.001.000087/2020-10 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-ANÁLISES DIVERSAS
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 07(NIVIO DE FREITAS SILVA FILHO)
Data: 16/07/2020
Interessados: MARIA CLARA BARROS NOLETO

Processo: 1.00.001.000094/2020-11 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-PROMOÇÃO DE MEMBROS
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 08(ALCIDES MARTINS)
Data: 16/07/2020
Interessados: MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

Processo: 1.00.001.000095/2020-58 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-PROMOÇÃO DE MEMBROS
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 05(LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN)
Data: 16/07/2020
Interessados: MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

Processo: 1.00.001.000096/2020-01 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-ANÁLISES DIVERSAS
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 06(JOSE ADONIS CALLOU DE ARAUJO SA)
Data: 17/07/2020
Interessados: FLAVIO PAVLOV DA SILVEIRA

ANTONIO AUGUSTO BRANDAO DE ARAS
Procurador-Geral da República
Presidente do CSMPF

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1, DE 23 DE JULHO DE 2020

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, no exercício de suas atribuições legais e, em especial, nos termos do art. 77, caput, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO a Portaria nº 165/2020/GPC/PRR3, notadamente o que estabelecem os seus arts. 4º e 10;

CONSIDERANDO a necessidade de detalhar normas mínimas de funcionamento da Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo,
R E S O L V E:

Art. 1º. A Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo continuará, sempre que possível, e enquanto perdurar a situação de emergência sanitária causada pela pandemia da Covid-19, a desenvolver os seus trabalhos na modalidade de teletrabalho.

Art. 2º. A fim de garantir o recebimento e o envio de autos físicos, às segundas e às quintas-feiras, a secretaria da PRE-SP, em horário correspondente ao funcionamento do TRE-SP, trabalhará em regime de plantão presencial, conforme escala a ser organizada pela chefia da secretaria.

§ 1º. Excepcionalmente, tendo em vista a retomada dos trabalhos pelo TRE-SP no dia 27 de julho, o plantão presencial desse dia será postergado para a terça-feira, dia 28 de julho.

§ 2º. Havendo imperiosa necessidade, determinada pela urgência da matéria tratada, a secretaria de processamento do TRE-SP, ou a Polícia Federal, poderão demandar o recebimento de autos físicos, pela PRE-SP, fora dos dias especificados no caput, para tanto contatando e se organizando com a secretaria da PRE-SP.

§ 3º. Na hipótese do parágrafo anterior, a chefia de gabinete da PRE-SP, bem assim o Procurador oficiante, deverão ser imediatamente comunicados.

Art. 3º. Visando à análise e à elaboração de minutas, os autos físicos serão, prioritariamente, atribuídos a servidores e estagiários que não apresentem restrições ao trabalho presencial, na forma do art. 10 da Portaria nº 165/2020/GPC/PRR3.

§ 1º. O trabalho a que se refere o caput poderá ser desenvolvido na sede da PRE-SP, exclusivamente durante o horário de funcionamento da PRR3, bem como em ambiente de teletrabalho, mediante a extração digital de cópias e a adoção de outras medidas necessárias, a cargo do designado, se possível com o apoio da secretaria, observadas as cautelas de praxe.

§ 2º. Havendo estrita necessidade de serviço, ditada pela demanda, os servidores que tenham declarado enquadrar-se nas situações elencadas no art. 10 da Portaria nº 165/2020/GPC/PRR3, poderão ser convocados para o trabalho com autos físicos.

§ 3º. A aplicação do disposto no parágrafo precedente far-se-á segundo uma escala de disponibilidade pessoal e de vulnerabilidade, observada esta, consoante um critério de razoabilidade, de um grau da menor para a maior, de modo a se buscar harmonizar o atendimento do serviço e a segurança do servidor.

Art. 4º. Eventuais dúvidas decorrentes da aplicação deste ato normativo serão resolvidas pelo Procurador Regional Eleitoral.

Art. 5º. Este ato entra em vigor nesta data.

Publique-se. Dê-se ciência, por meio eletrônico, ao gabinete da PRE Substituta, aos servidores da PRE-SP, ao TRE-SP, à Polícia Federal, e ao GPC/PRR3. Cumpra-se.

SÉRGIO MONTEIRO MEDEIROS
Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE

PORTARIA Nº 9, DE 20 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, apresentado pelo Procurador da República titular do Ofício Único da Procuradoria da República no Município de Cruzeiro do Sul/AC, no cumprimento das incumbências constitucionais (art. 127, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/1988) e legais (art. 1º e art. 2º, ambos da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 – LC n.º 75/1993), e no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129, III e VI, da CRFB/1988, e pelos art. 6º, VII, "c", art. 7º, I, e art. 38, I, da LC n.º 75/1993, art. 8º, § 1º, da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei n.º 7.347/85); e pelas Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público (Res. CNMP n.º 23/2007), e Resolução n.º 87, de 6 de abril de 2010 (publicação consolidada), do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Res. CSMPF n.º 87/2010).

Considerando que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme disposto no art. 127, da CRFB/1988, e no art. 1º, da LC n.º 75/1993;

Considerando que o inquérito civil é procedimento investigatório, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que incumba ao Ministério Público defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais, nos termos do art. 1º, "caput", da Res. CNMP n.º 23/2007 e do art. 1º, "caput", da Res. CSMPF n.º 87/2010;

Considerando que o Município de Rodrigues Alves expediu Decreto Municipal n.º 12, de 15 de abril de 2020 (Decreto n.º 12/2020), que impõe restrições à travessia do Rio Juruá entre os municípios de Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul, por meio da estipulação de horários restritos de funcionamento para os serviços de transporte situados na diretriz da BR-364;

Considerando que o normativo municipal viola o art. 3º, VI, "b", da Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (incluído pela Medida Provisória n.º 926, de 20 de março de 2020) que estabelece a obrigatoriedade de recomendação técnica e fundamentada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), para imposição de restrição da locomoção intermunicipal entre portos.

Considerando que o normativo municipal afronta ainda o art. 8º, § 2º da Resolução n.º 7.653, de 31 de março de 2020, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), que dispõe que as flexibilizações de horário em situação de evento de saúde relacionado ao novo coronavírus (COVID-19) deverão ser informadas à ANTAQ e aos usuários do serviço;

Considerando que tramita nesta Procuradoria a Notícia de Fato n.º 1.10.001.000041/2020-46, autuado a partir de comunicação inicial formulada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) perante a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão – Ordem Econômica e Consumidor, e encaminhada a esta Procuradoria da República pelo susodito órgão colegiado.

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL, pelo prazo de 1 (um) ano, com o seguinte objeto:

"Apurar irregularidade administrativa por parte do Município de Rodrigues Alves que expediu decreto municipal em desconformidade com a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e com a Resolução n.º 7.653, de 31 de março de 2020, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários."

Determino a autuação desta Portaria e a conversão da Notícia de Fato n.º 1.10.001.000041/2020-46 que originou a instauração deste Inquérito Civil.

Como diligência investigatória inicial, determino a expedição de ofício ao Município de Rodrigues Alves, para que preste informações, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre os fatos narrados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) no Ofício n.º 172/2020/DG-ANTAQ (a ser anexado).

A designação de secretário ocorrerá por meio de ferramenta eletrônica própria, no Sistema Único.

Publique-se no Diário Oficial, nos termos do art. 4º, VI, da Res. CNMP n.º 23/2007, e dos art. 5º, VI, e art. 16, § 1º, I, ambos da Res. CSMPF n.º 87/2010.

Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – Ordem Econômica e Consumidor, no prazo de 10 (dez) dias, forte no art. 6º, da Res. CSMPF n.º 87/2010.

Ao Setor Jurídico (SJUR/PRM-AC) para que observe o disposto no art. 6º, § 10, da Res. CNMP n.º 23/2007 e no art. 9º, § 9º, da Res. CSMPF n.º 87/2010, fazendo constar cópia desta Portaria de Instauração em todos os ofícios requisitórios de informações destinadas à instrução do presente Inquérito Civil.

BRUNO ARAÚJO DE FREITAS
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 1, DE 23 DE JULHO DE 2020

Ref. Excertos do Inquérito Civil nº 1.11.001.000264/2020-76

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do procurador da República signatário, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, incisos I, II, VIII e IX, da Constituição Federal, artigo 8º da Lei Complementar nº 75/93 (Estatuto do Ministério Público da União);

Considerando o art. 8º, II, da Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que disciplina o Procedimento Administrativo sendo instrumento próprio para o acompanhamento e fiscalização de políticas públicas;

Considerando o teor do art. 9º, da Resolução nº 174, de 04/07/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP que preconiza que o procedimento administrativo será instaurado por portaria sucinta, com delimitação de seu objeto, aplicando-se, no que couber, o princípio da publicidade dos atos, previsto para o inquérito civil;

Considerando os termos do item "2" da Promoção de Arquivamento PRM- API-AL-00008173/2020 exarada no Inquérito Civil nº 1.11.001.000264/2020-76;

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO, tendo por objeto: "Acompanhar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta nº 1/2020 celebrado com o município de Inhapi, no que diz respeito à aplicação regular dos recursos provenientes do FUNDEB (FUNDEF) no Precatório PRC176738-AL (requisitório nº 2019.80.00.003.200097), oriundo do processo de execução nº 0804085-51.2015.4.05.8000", determinando:

1. Autue-se o presente PA vinculado à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, distribuindo-o ao gabinete do 4º Ofício por prevenção ao presente procedimento, a ser composto por esta portaria, cópia da Promoção de Arquivamento PRM-API-AL00008173/2020, da cópia dos autos de execução nº 0804085-51.2015.4.05.8000 (PRMAPI-AL-00007559/2020), do TAC nº 1/2020 (PRM-API-AL-00007560/2020) e da certidão PRM-API-AL-00007911/2020, todos lançados no IC 1.11.001.000264/2020-76;

2. Oficie-se a Gerência da Caixa Econômica Federal, informando que o município de Inhapi/AL utilizará a conta nº 71.056-0, operação 006, agência nº 1135 (Inhapi/AL), da CEF para movimentar os recursos do FUNDEB/FUNDEB, conforme Termo

Página 1 de 2 de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 01/2020. No mesmo expediente, solicite-se a instituição financeira que implante as travas em seus sistemas, possibilitando, por conseguinte, o cumprimento integral do Decreto nº 7.507/2011, conforme disposto no referido termo de ajustamento de conduta assinado com o MPF. Encaminhe-se cópia do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 01/2020.

3. Oficie-se a Controladoria-Geral da União, informando que o município de Inhapi/AL utilizará a conta nº 71.056-0, operação 006, agência nº 1135, da Caixa Econômica Federal para movimentar os recursos do FUNDEB/FUNDEB, conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 01/2020. Encaminhe-se cópia do supracitado

Termo de Compromisso; e,

4. junte-se cópia do "Manual de Orientação do FUNDEB" e do documento "Perguntas frequentes do FUNDEB", ambos do FNDE.

À Secretaria, para efetivar registro e autuação da presente portaria e a adoção das providências necessárias no Sistema Único.

BRUNO JORGE RIJO LAMENHA LINS

Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 130, DE 24 DE JULHO DE 2020

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DO AMAPÁ, no uso das atribuições conferidas pelos art.77, caput, infine, e 79, Parágrafo único, da Lei Complementar nº75, de 20 de maio de 1993.

CONSIDERANDO comunicação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amapá acerca da concessão de afastamento da Promotora de Justiça titular da função eleitoral na Promotoria da 11ª ZONA ELEITORAL

CONSIDERANDO indicação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amapá, através do ofício nº 0000444/2020-GAB/PJ, de membro para substituição do Promotor de Justiça;

RESOLVE:

Designar o Promotor de Justiça para, sem prejuízo de suas funções e sob a coordenação do Procurador Regional Eleitoral, exercer as funções eleitorais, nos seguintes termos:

11ª ZONA ELEITORAL	PERÍODOS
HÉLIO PAULO SANTOS FURTADO,	25 a 31/07/2020

Dê-se ciência. Publique-se e cumpra-se.

JOAQUIM CABRAL DA COSTA NETO

Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 21, DE 22 DE JULHO DE 2020

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no art. 50, inciso IV, da Lei n. 8.625/93, c/c a norma do art. 79, parágrafo único, da LC n. 75/93, e

CONSIDERANDO a solicitação do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, por substituição legal, por meio do Ofício nº 1985/2020/PJ, de 16 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. CARLOS SÉRGIO EDWADS FREITAS, Promotor Eleitoral da 62ª Zona Eleitoral da Comarca de Manaus/AM, para atuar com competência ampliada junto à 59ª Zona Eleitoral da Comarca de Manaus/AM, no período de 15.07.2020 a 03.08.2020, tendo em vista o usufruto de férias do titular.

Art. 2º. DESIGNAR a Exma. Sra. Dra. WANDETE DE OLIVEIRA NETTO, Promotora Eleitoral da 65ª Zona Eleitoral da Comarca de Manaus/AM, para atuar com competência ampliada junto à 63ª Zona Eleitoral da Comarca de Manaus/AM, no período de 16.07.2020 a 29.07.2020, tendo em vista o usufruto de férias da titular.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

RAFAEL DA SILVA ROCHA
Procurador Regional Eleitoral

PORTARIA Nº 22, DE 22 DE JULHO DE 2020

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no art. 50, inciso IV, da Lei n. 8.625/93, c/c a norma do art. 79, parágrafo único, da LC n. 75/93, e

CONSIDERANDO a solicitação do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, por substituição legal, por meio do Ofício nº 1986/2020/PJ, de 16 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. DISPENSAR, do cargo de Promotora Eleitoral da 49ª Zona Eleitoral da Comarca de Marã/AM, a contar de 09.07.2020, a Exma. Sra. Dra. MARCELLE CRISTINE DE FIGUEIREDO ARRUDA.

Art. 2º. DESIGNAR, ao cargo de Promotora Eleitoral da 49ª Zona Eleitoral da Comarca de Marã/AM, pelo período de 10.07.2020 a 12.02.2021, a Exma. Sra. Dra. MARLINDA MARIA CUNHA DUTRA.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

RAFAEL DA SILVA ROCHA
Procurador Regional Eleitoral

PORTARIA Nº 23, DE 22 DE JULHO DE 2020

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no art. 50, inciso IV, da Lei n. 8.625/93, c/c a norma do art. 79, parágrafo único, da LC n. 75/93, e

CONSIDERANDO a solicitação do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, por substituição legal, por meio do Ofício nº 2015/2020/PJ, de 21 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. PAULO STÉLIO SABBÁ GUIMARÃES, Promotor Eleitoral da 68ª Zona Eleitoral da Comarca de Manaus/AM - Termo Rio Preto da Eva, para atuar com competência ampliada junto à 58ª Zona Eleitoral da Comarca de Manaus/AM, no período de 21.07.2020 a 30.07.2020, tendo em vista o usufruto de férias do titular.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

RAFAEL DA SILVA ROCHA
Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 4, DE 21 DE JULHO DE 2020

Conversão do Procedimento Preparatório n.º 1.14.000.002427/2019-10.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, titular do 10º Ofício do Núcleo de Combate à Corrupção da Procuradoria da República no Estado da Bahia - PR/BA, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, no art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e na Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMFP, nos autos do procedimento em epígrafe, e:

CONSIDERANDO a notícia de supostas irregularidades no Pregão Presencial n.º 008/2018, que culminou na escolha, pela Prefeitura Municipal de Cachoeira/BA, da empresa BAMBUZAL TRANSPORTES TURISMO LTDA EPP, contratada para prestar serviços de transporte escolar no âmbito do respectivo município;

CONSIDERANDO que o anterior Pregão Presencial de n.º 045/2017, instaurado com o mesmo objeto, foi anulado pela prefeitura sob o fundamento de que o certame teria fracassado, uma vez que as empresas convocadas não detinham, para fins de contratação, a propriedade dos veículos da frota mínima exigida no edital;

CONSIDERANDO que a representação informa que a licitante BAMBUZAL TRANSPORTES TURISMO LTDA EPP também não possui a frota mínima de veículos exigida pelo edital, tendo em vista que subloca a quase totalidade dos veículos para prestação dos serviços, e que teria havido simulação a fim de permitir que a empresa BAMBUZAL TRANSPORTES TURISMO LTDA EPP se sagraisse vencedora;

CONSIDERANDO que a representação alega, ainda, que inexistente comprovação da efetiva prestação dos serviços, e que alguns dos supostos veículos contratados fazem o mesmo roteiro que os ônibus oriundos do programa Caminho da Escola, sendo ainda utilizados para finalidades diversas daquelas para as quais foram contratados;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição da República), resolve, converter a presente procedimento preparatório em INQUÉRITO CIVIL, com o seguinte tema: "APURAR IRREGULARIDADES EM LICITAÇÃO REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA, NA EXECUÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 008/2018, QUE TEVE POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE ESCOLAR., CULMINANDO NA CONTRATAÇÃO DA BAMBUZAL TRANSPORTES TURISMO LTDA EPP".

Encaminhe-se a presente portaria ao Núcleo Cível Extrajudicial – NUCIVE desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil.

Ademais, a assessoria deste 10º Ofício NCC deverá comunicar a instauração deste inquérito civil à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-lhe cópia deste ato para publicação, de acordo com o art. 16, § 1º, I, da Resolução CSMFP n.º 87/06 e com o art. 7º da Resolução CNMP n.º 23/07.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução CNMP n.º 23/07 e o art. 15 da Resolução CSMFP n.º 87/06, o NUCIVE deve realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil.

ANA PAULA FONSECA DE GOES ARAUJO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 5, DE 21 DE JULHO DE 2020

(conversão do Procedimento Preparatório nº 1.14.000.000909/2020-79 em Inquérito Civil)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República ao final assinada, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, na Resolução nº 87/06, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal), com função institucional, dentre outras, de:

a) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF e art. 2º da Lei Complementar nº 75/93);

b) promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, III, da Carta Magna, art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93, art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 1º da Resolução CSMFP nº 87/2006); e

c) a defesa do patrimônio público e social, do meio ambiente e patrimônio cultural (art. 129, III, da Carta Magna e art. 5º, III, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO a atribuição de expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (art. 129, VI, da CF), bem como o teor do art. 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e art. 2º, §§ 4º e 5º, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que autorizam a conversão de procedimento preparatório em Inquérito Civil;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Preparatório em epígrafe, instaurado a partir de representação apresentada por Roberto Francisco Santos da Anunciação, que informa sobre supostas irregularidades no procedimento licitatório Pregão Presencial nº 43.2017, por meio do qual o prefeito do município de Santo Antônio de Jesus - BA, ANDRÉ ROGÉRIO DE ANDRADE ARAÚJO, contratou a empresa ATLÂNTICO TRANSPORTES E TURISMO LTDA (CNPJ. 08.380.889/0001-91).

CONSIDERANDO que, segundo o noticiante, o referido processo licitatório foi viciado no que toca aos seus aspectos procedimentais, bem como o contrato firmado em decorrência deste (Contrato nº 361.2017 de 09.10.2017), superestimou o número de alunos que utilizam o serviço de transporte escolar, para, por meio deste artifício, superfaturar as despesas municipais.

CONSIDERANDO que, instada a se manifestar, a prefeitura entrou em contradição em relação à existência de recursos federais na contratação da empresa, em contrariedade à documentação apresentada;

CONSIDERANDO que, por ora, os esclarecimentos e documentação apresentados não são suficientes para afastar por completo as irregularidades noticiadas;

CONSIDERANDO que tais condutas podem, em tese, configurar atos de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO, ainda, que os elementos de prova até então colhidos não autorizam a instauração imediata de ação civil pública, mas também não permitem a promoção de arquivamento das investigações, apontando, destarte, a necessidade de se aprofundar as investigações, a fim de que seja aferida a verossimilhança da notícia, com a elucidação dos fatos relatados;

Resolve converter o presente procedimento preparatório em Inquérito Civil, com o seguinte tema: "Apurar eventuais atos de improbidade administrativa relacionados a fraudes contra o processo licitatório (L. 8666/93) e superfaturamento na execução de contratos firmados para a contratação do transporte escolar no Município de Santo Antônio de Jesus - BA, nos anos de 2017/2018/2019".

Determina-se inicialmente a adoção das seguintes providências:

1. À COJUR, para autuação do feito;
2. À Secretaria deste escritório para a realização das comunicações de praxe;
3. A expedição de ofício:

3.1. ao TCM/BA e ao FNDE, requisitando informações acerca da prestação de contas relativa aos recursos destinados ao transporte escolar no município de Santo Antonio de Jesus/BA, nos exercícios de 2017/2018/2019;

3.2. ao TCE/BAe ao TCU (Secex/BA), solicitando informações sobre eventuais denúncias de irregularidades ou fiscalizações realizadas em face dos serviços de Transporte escolar, em Santo Antônio de Jesus/BA, nos exercícios de 2017/2018/2019.

4.Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução CNMP n.º 23/07 e o art. 15 da Resolução CSMPPF n.º 87/06, o NUCIVE deve realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil.

ANA PAULA FONSECA DE GOES ARAUJO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 12, DE 23 DE JULHO DE 2020

Instaura Inquérito Civil Público para fins de apurar a suposta violação ao dever de efetiva informação pela empresa Decolar.com Ltda, em virtude das dificuldades de acomodação de passageiros da Avianca por ocasião de sua crise financeira, bem como ao dever da citada empresa de prestar plena assistência aos passageiros que tiveram problemas por conta da suspensão de voos pela Avianca, além do dever de informar dos possíveis cancelamentos desses voos.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos artigos 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º, incisos I, V “a”, e 6º, inciso VII, “a” e “d” da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993, respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução 87, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), de 14 de setembro de 2004, alterados pela Resolução 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), de 06 de abril de 2010, e artigos 2º e 4º da Resolução 23 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, incluindo-se os direitos do consumidor (artigo 1º, inciso II, da Lei 7.347/85);

CONSIDERANDO as informações constantes da Notícia de Fato 1.14.000.002023/2019-26, que possui como fito apurar a suposta violação ao dever de efetiva informação pela empresa Decolar.com Ltda, em virtude das dificuldades de acomodação de passageiros da Avianca por ocasião de sua crise financeira, bem como ao dever da citada empresa de prestar plena assistência aos passageiros que tiveram problemas por conta da suspensão de voos pela Avianca, além do dever de informar dos possíveis cancelamentos desses voos.

CONSIDERANDO a necessidade de continuar a investigação instaurada inicialmente, para prosseguir com a realização de diligências para melhor formar a opinião deste órgão ministerial, RESOLVE:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL com suporte nas informações contidas na Notícia de Fato 1.14.000.002023/2019-26, determinando as seguintes providências:

1. A publicação da presente Portaria e a comunicação da instauração à 3ª Câmara de Revisão e Coordenação do Ministério Público Federal; 2. A expedição de ofício solicitando informações para a empresa Decolar. com., após a instauração deste inquérito civil.

Prazo inicial: 01 ano.

Após a instauração deste inquérito civil e a expedição do citado ofício, acautelem-se os autos em cartório por 30 dias, ou até a chegada da resposta, quando deverão retornar conclusos para nova deliberação.

AURISTELA OLIVEIRA REIS
Procuradora da República

PORTARIA Nº 14, DE 23 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais, CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, no art. 6º, inciso VII, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, bem como o disposto na Resolução nº 23, de 17 de Setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 87, de 03 de Agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Procedimento Preparatório nº 1.14.009.000232/2019-55, instaurado para apurar possíveis irregularidades nas licitações e contratações de que participaram as pessoas jurídicas supostamente de fachada IVANILDA MARIA DE JESUS LIMA ME, CNPJ nº 12.646.324/0001-80, e IP SISTEMA ELETRÔNICO LTDA – ME, atual ALIMENTAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 10.880.510/0001-54, no município de Santana/BA;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo deste procedimento e, por outro lado, a necessidade de aprofundar as investigações;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, nos termos do art. 2º, II, da Resolução CNMP nº 23/2007, e do art. 4º, II, da Resolução CSMPPF nº 87/2006, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, com o seguinte objeto: “Município de Santana/BA. Apurar possíveis irregularidades na seleção e contratação de que participaram as pessoas jurídicas supostamente de fachada IVANILDA MARIA DE JESUS LIMA ME, CNPJ nº 12.646.324/0001-80, e IP SISTEMA ELETRÔNICO LTDA – ME, atual ALIMENTAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 10.880.510/0001-54, bem como possível desvio de recursos públicos, no período de 2016-2019.”

Determino as seguintes providências iniciais:

I) autue-se, registre-se e publique-se esta Portaria;

II) comunique-se à 5ª CCR, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, e do art. 6º da Resolução CSMPPF nº 87, de 03 de agosto de 2006;

III) expeça-se ofício ao Município de Santana/BA, requisitando-lhe, no prazo de 20 (vinte) dias, cópia integral digitalizada dos autos dos procedimentos licitatórios indicados abaixo, contratos, aditivos e respectivos processos de pagamento, no período de 2016 a 2019, de que resultaram

na contratação das pessoas jurídicas IVANILDA MARIA DE JESUS LIMA ME, CNPJ nº 12.646.324/0001-80, e IP SISTEMA ELETRÔNICO LTDA – ME, atual ALIMENTAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 10.880.510/0001-54:

a) ALIMENTAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA: 005PP/2017; 042PP/2017;

b) IVANILDA MARIA DE JESUS LIMA ME: 008PP/2016; 011PP/2016; 020PP/2016; 007PP/2017; 029PP/2017; 005PP/2018; 007PP/2018; 020PP/2018; 011PP/2019; 015PP/2019; 016PP/2019 – autuar um Anexo para cada ano;

VICTOR NUNES CARVALHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 15, DE 23 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais, CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, no art. 6º, inciso VII, e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, bem como o disposto na Resolução nº 23, de 17 de Setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 87, de 03 de Agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Procedimento Preparatório nº 1.14.015.000113/2019-13, instaurado a partir de representação, noticiando a má utilização dos recursos oriundos do precatório do FUNDEF em São Félix do Coribe/BA, decorrentes do superfaturamento na desapropriação (Processo Administrativo nº 001/2018) de imóvel pertencente a Gabriel Ervelym Cardoso Santos e da contratação da pessoa jurídica S&R Comércio, Locação e Serviços LTDA (CNPJ nº 00.820.755/0001-32) para a construção da Escola Palácio do Saber;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de novas diligências e, por outro lado, tendo em vista o esgotamento do prazo deste procedimento preparatório;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, nos termos do art. 2º, II, da Resolução CNMP nº 23/2007, e do art. 4º, II, da Resolução CSMPP nº 87/2006, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, com o seguinte objeto: “Município de São Félix do Coribe/BA. Apurar notícia de superfaturamento na desapropriação (Processo Administrativo nº 001/2018) de imóvel Matrícula nº 16.845 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Maria da Vitória, pertencente a Gabriel Ervelym Cardoso Santos, bem como possíveis irregularidades na seleção e contratação da pessoa jurídica S&R Comércio, Locação e Serviços LTDA, CNPJ nº 00.820.755/0001-32, para a construção da Escola Palácio do Saber”.

Determino as seguintes providências iniciais:

i) autue-se, registre-se e publique-se esta Portaria;

ii) comunique-se à 5ª CCR, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, e do art. 6º da Resolução CSMPP nº 87, de 03 de agosto de 2006;

iii) expeça-se o ofício ao Município de São Félix do Coribe/BA, requisitando-lhe que, no prazo de 20 (vinte) dias, encaminhe cópia dos documentos relacionados à venda do imóvel matriculado sob o nº 16.845 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Maria da Vitória, localizado no Município de São Félix do Coribe, de propriedade do Município e alienado ao Senhor Gabriel Ervelym Cardoso Santos, inclusive as razões para a alienação do imóvel e o Laudo de Avaliação Prévia do Imóvel;

iv) expeça-se à Câmara de Vereadores de São Félix do Coribe/BA, solicitando-lhe que, no prazo de 20 (vinte) dias, encaminhe a autorização legislativa específica para alienação do imóvel matriculado sob o nº 16.845 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Maria da Vitória, localizado no Município de São Félix do Coribe, de propriedade do Município e alienado ao Senhor Gabriel Ervelym Cardoso Santos, bem como as justificativas do Projeto de Lei, indicando quem foi o autor do projeto.

VICTOR NUNES CARVALHO
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE JULHO DE 2020

Nº do MP: 06.2020.00001429-0

O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, com funções eleitorais perante a 24ª Zona Eleitoral de Sobral/CE, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a incumbência prevista no art. 127 da Constituição Federal quanto à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando a expressa disposição contida no art. 129, inciso VI, da Constituição Federal e no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75 de 1993;

Considerando a Portaria PGR/MPF nº 692 de 19 de agosto de 2016, que institui e regulamenta, no âmbito do Ministério Público Eleitoral, o Procedimento Preparatório Eleitoral – PPE;

Considerando que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei nº 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa: § 3º – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15-agosto-2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral;

Considerando que o art. 74, também da Lei nº 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

Considerando que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, acas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros e

Considerando ainda que foi distribuída a esta Promotoria Eleitoral RECOMENDAÇÃO advinda da Procuradoria Regional Eleitoral. RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL, com fundamento na referida Portaria 692/2016, para atuar preventivamente quanto a realização de propaganda institucional irregular, determinando para tanto:

- a) A nomeação da servidora Maísa Carvalho de Araújo para funcionar como secretário após devidamente compromissada;
- b) O registro do presente procedimento em sistema próprio;
- c) A publicação da presente portaria;
- d) A expedição de Recomendação ao PREFEITO Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores dos municípios de Sobral,

Meruoca e Alcântaras, para conhecimento e para que os referidos chefes do Executivo e do Legislativo façam a ampla divulgação da mesma aos Secretários e chefes de entidades da Administração Pública Direta e Indireta e vereadores, respectivamente, para que se evite a realização de propaganda institucional em desconformidade com as determinações legais, sob pena de se incorrer em condutas vedadas.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PAULO HENRIQUE DE FREITAS TRECE
Promotor de Justiça

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 107, DE 21 DE JULHO DE 2020

Referência: PP 1.16.000.002550/2019-66

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo seu procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais, considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 a 129 da Constituição da República e pelos arts. 6º, 7º e 8º da Lei Complementar 75/1993,

Considerando o disposto no art. 2º, inciso II, §§ 6º e 7º, no art. 4º e no art. 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007, bem como nos arts. 1º e 2º da Resolução CSMPPF 87/2010, que regulamentam o Inquérito Civil

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL com a finalidade de apurar os fatos narrados no(a) documento/procedimento em epígrafe, que tem por investigados e objeto os seguintes:

INVESTIGADO(S)/ENVOLVIDO(S): Partido da Causa Operária - PCO

REPRESENTANTE: Ministério Público Eleitoral

OBJETO: Apurar irregularidades na Prestação de Contas nº 979-65.2014.6.00.0000, do Partido da Causa Operária (PCO), referente às eleições de 2014.

DETERMINO, a fim de instruir o procedimento:

- (i) a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, por qualquer meio hábil;
- (ii) a realização dos registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático;

(iii) a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar desta data, pelo gabinete deste 4º Ofício de Atos Administrativos, Consumidor e Ordem Econômica.

FELIPE FRITZ BRAGA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 10, DE 23 DE JULHO DE 2020

NF N.º 1.18.003.000085/2020-68

O PROCURADOR DA REPÚBLICA SIGNATÁRIO, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, considerando o prazo de tramitação do presente procedimento, e que ainda há necessidade de realização de diligências, determino sua conversão em inquérito civil para atendimento do disposto no art. 4º, § 4º da Resolução CSMPPF n.º 87/10.

Assim, DETERMINO:

a) registre-se e autue-se esta portaria como inquérito civil cujo objeto é: apurar a eventual irregularidade praticada pela Faculdade Morgana Potrich, ao descumprir normas estabelecidas pelo ministério da educação (portaria n.º 343 de 17 de março de 2020) no que pertine à substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação no curso de medicina.

b) após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1.ª Câmara de Coordenação e Revisão - 1.ª CCR, para os fins previstos no art. 4º, §§ 1.º e 2.º, art. 5º, art. 6º e art. 16, § 1º, I, da Resolução CSMPPF n.º 87/2010; e

c) Fica designado para secretariar os trabalhos, enquanto lotado neste Gabinete, o servidor Kristiano Gonçalves Teles.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO
Procurador da República
(Em substituição)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 13, DE 23 DE JULHO DE 2020

Resumo: Meio Ambiente. Supostas ocupações e construção irregulares. Área de praia. Área de Preservação Permanente. Praia da Ponta D'Areia, em São Luís/MA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;
- c) considerando que o objeto de apuração se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando os elementos constantes das peças de informação, consistentes em fotografias que indicam supostas ocupações e construção irregulares (escada e chuveiro), inclusive mediante remoção de vegetação, na região da Praia da Ponta D'Areia, em São Luís/MA, com colocação de estruturas e comercialização de alimentos e bebidas;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL para apurar possíveis danos ambientais, bem como a responsabilização civil, em decorrência de supostas ocupações e construção irregulares (escada e outras estruturas), inclusive mediante remoção de vegetação, na região da Praia da Ponta D'Areia, em São Luís/MA, com colocação de estruturas e comercialização de alimentos e bebidas.

Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanham como inquérito civil.

Oficie-se à SPU, SEMMAM, SEMA e Vigilância Sanitária, encarecendo manifestação mediante prévia vistoria in loco.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

CAROLINA DA HORA MESQUITA HOHN

Procuradora da República
Em substituição legal ao 12º Ofício

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 2, DE 23 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que ao final subscreve, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que a Resolução do CNMP n.º 174/2017 prevê que o Procedimento Administrativo é instrumento não investigatório próprio para acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil;

R E S O L V E converter a Notícia de Fato n. 1.20.000.000646/2020-09 em PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO tendo como objeto acompanhar as tratativas para a implementação de protocolo verde dos grãos no estado de Mato Grosso, a exemplo do firmado no Estado do Pará.

Comunique-se à Egrégia 4ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar n.º 75/1993 e do artigo 6º da Resolução n.º 87/2006 do Colegiado Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do art. 9, da Res. 174/2017 do CNMP: "O procedimento administrativo será instaurado por portaria sucinta, com delimitação de seu objeto, aplicando-se, no que couber, o princípio da publicidade dos atos, previsto para o inquérito civil".

ERICH RAPHAEL MASSON

Procurador da República

PORTARIA Nº 12, DE 24 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129, III, da Constituição da República, no art. 5º, II, "d", da Lei Complementar n.º 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei n.º 8.625/93, no art. 8º da Lei n.º 7.345/85 e nos termos do que dispõe a Resolução n.º 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando que o artigo 127 da Constituição Federal e o artigo 5º da Lei Complementar n.º 75/93 conferem ao Ministério Público Federal as atribuições e funções institucionais de defesa da ordem jurídica, do patrimônio público e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que o artigo 129, III, da Constituição Federal estabelece como função institucional do Ministério Público a proteção dos interesses difusos e coletivos;

Considerando as informações colhidas nos autos do Inquérito Civil n.º 1.20.000.000385/2013-90, instaurado com objetivo de investigar eventuais irregularidades em obras inacabadas no assentamento Ouro Branco, Município de Itiquira-MT, financiadas com recursos do Programa Nacional do Crédito Fundiário;

Considerando que os autos supracitados foi declinado ao Ministério Público Estadual – Promotoria de Justiça de Itiquira, no ano de 2014;

Considerando que a Promotoria de Justiça de Itiquira conflitou o declínio de atribuição e os autos foram remetidos ao Procurador-Geral da República, que resolveu o conflito em 12/09/2019, reconhecendo a atribuição desta Procuradoria da República em Rondonópolis;

Considerando o arquivamento do IC 1.20.000.000385/2013-90 sem elementos suficientes para formar convicção;

RESOLVE:

Instaurar Procedimento Administrativo de Acompanhamento, vinculado à 5.ª CCR, tendo por objeto/resumo “acompanhar as obras financiadas pelo Programa Nacional do Crédito Fundiário, no assentamento Ouro Branco, Itiquira-MT”.

RODRIGO PIRES DE ALMEIDA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 57, DE 14 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, lotado e em exercício na PRM São João Del-Rei/MG, com fundamento nos arts.127 e 129, III, da Constituição da República, arts.6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75/93, e art.8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e nos termos da Resolução nº 87/06-CSMPF e da Resolução nº 23/07 do CNMP,

CONSIDERANDO QUE

. o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art.127, caput, da CRFB/88; art.1º da LC nº 75/93);

. constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art.129, II, da CRFB/88);

. a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve, obedecer, entre outros, aos princípios de legalidade e publicidade, cumprindo-lhe garantir o acesso de todos às informações de interesse geral (arts.5º, XXXIII, e 37, caput, da CRFB/88; Lei nº 12.527/11);

. a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar nº 131/09 (Lei da Transparência, a qual alterou dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal) dispõem sobre mecanismos de acesso à informação e de controle social;

. o País se encontra em estado de calamidade pública e de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN em decorrência da pandemia da doença infecciosa viral respiratória Covid-19, causada pelo novo coronavírus (Portaria MS nº 188 de 03/02/2020; art.87, p. único, I e II da CRFB/88; Decreto Federal nº 7.616/11; Decreto-legislativo nº 06/2020), o que justificou a edição da Lei Federal nº 13.979/20, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da epidemia;

. o art.4º da referida Lei nº 13.979/20 estabeleceu a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, mas impôs que todas as correspondentes contratações ou aquisições sejam “imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”;

. o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal sugeriram a instauração de procedimentos com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal aos Municípios para as ações de combate ao coronavírus (Ofício Circular nº 01/2020/GFN/GIAC-COVID19);

. os elementos carreados na Notícia de Fato nº 1.22.014.000110/2020-51 corroboram a atribuição ministerial para o caso e suscitam maior aprofundamento das investigações para possível adoção de medidas judiciais (promoção das ações cabíveis) ou extrajudiciais (expedição de recomendação legal ou celebração de compromisso de ajustamento de conduta);

RESOLVE

Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar o seguinte fato:

. Falta de transparência, pelo Município de Bias Fortes/MG, na execução de despesas, com recursos federais, para enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus.

Ficam designados, para secretariar neste feito (art.5º, V, da Resolução CSMPF nº 87/06, incluído pela Resolução CSMPF nº 106/10), os servidores da equipe técnica desta unidade, a quem se determina providenciar o registro e a autuação desta portaria, bem como sua comunicação à Egrégia 5ª CCR/MPF e publicação no portal do Ministério Público Federal, no prazo de até 10 dias, bem como o cumprimento das seguintes diligências:

- 1) Junte-se aos autos o relatório com o resultado da diligência realizada pela assessoria no sítio eletrônico do Município na internet;
- 2) Expeça-se Recomendação conforme minuta, encaminhando-a via ofício ao destinatário, com confirmação de recebimento;
- 3) Após, retornem-me os autos conclusos.

THIAGO DOS SANTOS LUZ
Procurador da República

PORTARIA Nº 58, DE 14 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, lotado e em exercício na PRM São João Del-Rei/MG, com fundamento nos arts.127 e 129, III, da Constituição da República, arts.6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75/93, e art.8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e nos termos da Resolução nº 87/06-CSMPF e da Resolução nº 23/07 do CNMP,

CONSIDERANDO QUE

. o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art.127, caput, da CRFB/88; art.1º da LC nº 75/93);

. constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art.129, II, da CRFB/88);

. a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve, obedecer, entre outros, aos princípios de legalidade e publicidade, cumprindo-lhe garantir o acesso de todos às informações de interesse geral (arts.5º, XXXIII, e 37, caput, da CRFB/88; Lei nº 12.527/11);

. a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar nº 131/09 (Lei da Transparência, a qual alterou dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal) dispõem sobre mecanismos de acesso à informação e de controle social;

. o País se encontra em estado de calamidade pública e de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN em decorrência da pandemia da doença infecciosa viral respiratória Covid-19, causada pelo novo coronavírus (Portaria MS nº 188 de 03/02/2020; art.87, p. único, I e II da CRFB/88; Decreto Federal nº 7.616/11; Decreto-legislativo nº 06/2020), o que justificou a edição da Lei Federal nº 13.979/20, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da epidemia;

. o art.4º da referida Lei nº 13.979/20 estabeleceu a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, mas impôs que todas as correspondentes contratações ou aquisições sejam “imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”;

. o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal sugeriram a instauração de procedimentos com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal aos Municípios para as ações de combate ao coronavírus (Ofício Circular nº 01/2020/GFN/GIAC-COVID19);

. os elementos carreados na Notícia de Fato nº 1.22.014.000111/2020-04 corroboram a atribuição ministerial para o caso e suscitam maior aprofundamento das investigações para possível adoção de medidas judiciais (promoção das ações cabíveis) ou extrajudiciais (expedição de recomendação legal ou celebração de compromisso de ajustamento de conduta);

RESOLVE

Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar o seguinte fato:

. Falta de transparência, pelo Município de Conceição da Barra de Minas/MG, na execução de despesas, com recursos federais, para enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus.

Ficam designados, para secretariar neste feito (art.5º, V, da Resolução CSMPPF nº 87/06, incluído pela Resolução CSMPPF nº 106/10), os servidores da equipe técnica desta unidade, a quem se determina providenciar o registro e a autuação desta portaria, bem como sua comunicação à Egrégia 5ª CCR/MPF e publicação no portal do Ministério Público Federal, no prazo de até 10 dias, bem como o cumprimento das seguintes diligências:

- 1) Junte-se aos autos o relatório com o resultado da diligência realizada pela assessoria no sítio eletrônico do Município na internet;
- 2) Expeça-se Recomendação conforme minuta, encaminhando-a via ofício ao destinatário, com confirmação de recebimento;
- 3) Após, retornem-me os autos conclusos.

THIAGO DOS SANTOS LUZ
Procurador da República

PORTARIA Nº 59, DE 14 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, lotado e em exercício na PRM São João Del-Rei/MG, com fundamento nos arts.127 e 129, III, da Constituição da República, arts.6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75/93, e art.8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e nos termos da Resolução nº 87/06-CSMPPF e da Resolução nº 23/07 do CNMP,

CONSIDERANDO QUE

. o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art.127, caput, da CRFB/88; art.1º da LC nº 75/93);

. constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art.129, II, da CRFB/88);

. a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve, obedecer, entre outros, aos princípios de legalidade e publicidade, cumprindo-lhe garantir o acesso de todos às informações de interesse geral (arts.5º, XXXIII, e 37, caput, da CRFB/88; Lei nº 12.527/11);

. a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar nº 131/09 (Lei da Transparência, a qual alterou dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal) dispõem sobre mecanismos de acesso à informação e de controle social;

. o País se encontra em estado de calamidade pública e de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN em decorrência da pandemia da doença infecciosa viral respiratória Covid-19, causada pelo novo coronavírus (Portaria MS nº 188 de 03/02/2020; art.87, p. único, I e II da CRFB/88; Decreto Federal nº 7.616/11; Decreto-legislativo nº 06/2020), o que justificou a edição da Lei Federal nº 13.979/20, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da epidemia;

. o art.4º da referida Lei nº 13.979/20 estabeleceu a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, mas impôs que todas as correspondentes contratações ou aquisições sejam “imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”;

. o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal sugeriram a instauração de procedimentos com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal aos Municípios para as ações de combate ao coronavírus (Ofício Circular nº 01/2020/GFN/GIAC-COVID19);

. os elementos carreados na Notícia de Fato nº 1.22.014.000113/2020-95 corroboram a atribuição ministerial para o caso e suscitam maior aprofundamento das investigações para possível adoção de medidas judiciais (promoção das ações cabíveis) ou extrajudiciais (expedição de recomendação legal ou celebração de compromisso de ajustamento de conduta);

RESOLVE

Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar o seguinte fato:

. Falta de transparência, pelo Município de Desterro de Entre Rios/MG, na execução de despesas, com recursos federais, para enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus.

Ficam designados, para secretariar neste feito (art.5º, V, da Resolução CSMPPF nº 87/06, incluído pela Resolução CSMPPF nº 106/10), os servidores da equipe técnica desta unidade, a quem se determina providenciar o registro e a autuação desta portaria, bem como sua comunicação à Egrégia 5ª CCR/MPF e publicação no portal do Ministério Público Federal, no prazo de até 10 dias, bem como o cumprimento das seguintes diligências:

- 1) Junte-se aos autos o relatório com o resultado da diligência realizada pela assessoria no sítio eletrônico do Município na internet;
- 2) Expeça-se Recomendação conforme minuta, encaminhando-a via ofício ao destinatário, com confirmação de recebimento;
- 3) Após, retornem-me os autos conclusos.

THIAGO DOS SANTOS LUZ
Procurador da República

PORTARIA Nº 60, DE 14 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, lotado e em exercício na PRM São João del-Rei/MG, com fundamento nos arts.127 e 129, III, da Constituição da República, arts.6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75/93, e art.8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e nos termos da Resolução nº 87/06-CSMPF e da Resolução nº 23/07 do CNMP,

CONSIDERANDO QUE

- . o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art.127, caput, da CRFB/88; art.1º da LC nº 75/93);
- . constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art.129, II, da CRFB/88);
- . a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve, obedecer, entre outros, aos princípios de legalidade e publicidade, cumprindo-lhe garantir o acesso de todos às informações de interesse geral (arts.5º, XXXIII, e 37, caput, da CRFB/88; Lei nº 12.527/11);
- . a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar nº 131/09 (Lei da Transparência, a qual alterou dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal) dispõem sobre mecanismos de acesso à informação e de controle social;
- . o País se encontra em estado de calamidade pública e de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN em decorrência da pandemia da doença infecciosa viral respiratória Covid-19, causada pelo novo coronavírus (Portaria MS nº 188 de 03/02/2020; art.87, p. único, I e II da CRFB/88; Decreto Federal nº 7.616/11; Decreto-legislativo nº 06/2020), o que justificou a edição da Lei Federal nº 13.979/20, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da epidemia;
- . o art.4º da referida Lei nº 13.979/20 estabeleceu a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, mas impôs que todas as correspondentes contratações ou aquisições sejam “imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”;
- . o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal sugeriram a instauração de procedimentos com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal aos Municípios para as ações de combate ao coronavírus (Ofício Circular nº 01/2020/GFN/GIAC-COVID19);
- . os elementos carreados na Notícia de Fato nº 1.22.014.000114/2020-30 corroboram a atribuição ministerial para o caso e suscitam maior aprofundamento das investigações para possível adoção de medidas judiciais (promoção das ações cabíveis) ou extrajudiciais (expedição de recomendação legal ou celebração de compromisso de ajustamento de conduta);

RESOLVE

Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar o seguinte fato:

- . Falta de transparência, pelo Município de Desterro do Melo/MG, na execução de despesas, com recursos federais, para enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus.

Ficam designados, para secretariar neste feito (art.5º, V, da Resolução CSMPPF nº 87/06, incluído pela Resolução CSMPPF nº 106/10), os servidores da equipe técnica desta unidade, a quem se determina providenciar o registro e a autuação desta portaria, bem como sua comunicação à Egrégia 5ª CCR/MPF e publicação no portal do Ministério Público Federal, no prazo de até 10 dias, bem como o cumprimento das seguintes diligências:

- 1) Junte-se aos autos o relatório com o resultado da diligência realizada pela assessoria no sítio eletrônico do Município na internet;
- 2) Expeça-se Recomendação conforme minuta, encaminhando-a via ofício ao destinatário, com confirmação de recebimento;
- 3) Após, retornem-me os autos conclusos.

THIAGO DOS SANTOS LUZ
Procurador da República

PORTARIA Nº 99, DE 16 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, lotado e em exercício na PRM São João del-Rei/MG, com fundamento nos arts.127 e 129, III, da Constituição da República, arts.6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75/93, e art.8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e nos termos da Resolução nº 87/06-CSMPF e da Resolução nº 23/07 do CNMP,

CONSIDERANDO QUE

- . o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art.127, caput, da CRFB/88; art.1º da LC nº 75/93);
- . constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art.129, II, da CRFB/88);
- . a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve, obedecer, entre outros, aos princípios de legalidade e publicidade, cumprindo-lhe garantir o acesso de todos às informações de interesse geral (arts.5º, XXXIII, e 37, caput, da CRFB/88; Lei nº 12.527/11);

. a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar nº 131/09 (Lei da Transparência, a qual alterou dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal) dispõem sobre mecanismos de acesso à informação e de controle social;

. o País se encontra em estado de calamidade pública e de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN em decorrência da pandemia da doença infecciosa viral respiratória Covid-19, causada pelo novo coronavírus (Portaria MS nº 188 de 03/02/2020; art.87, p. único, I e II da CRFB/88; Decreto Federal nº 7.616/11; Decreto-legislativo nº 06/2020), o que justificou a edição da Lei Federal nº 13.979/20, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da epidemia;

. o art.4º da referida Lei nº 13.979/20 estabeleceu a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, mas impôs que todas as correspondentes contratações ou aquisições sejam “imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”;

. o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal sugeriram a instauração de procedimentos com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal aos Municípios para as ações de combate ao coronavírus (Ofício Circular nº 01/2020/GFN/GIAC-COVID19);

. os elementos carreados na Notícia de Fato nº 1.22.014.000112/2020-41 corroboram a atribuição ministerial para o caso e suscitam maior aprofundamento das investigações para possível adoção de medidas judiciais (promoção das ações cabíveis) ou extrajudiciais (expedição de recomendação legal ou celebração de compromisso de ajustamento de conduta);

RESOLVE

Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar o seguinte fato:

. Falta de transparência pelo Município de Coronel Xavier Chaves/MG na execução de despesas, com recursos federais, para enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus.

Ficam designados, para secretariar neste feito (art.5º, V, da Resolução CSMPF nº 87/06, incluído pela Resolução CSMPF nº 106/10), os servidores da equipe técnica desta unidade, a quem se determina providenciar o registro e a autuação desta portaria, bem como sua comunicação à Egrégia 5ª CCR/MPF e publicação no portal do Ministério Público Federal, no prazo de até 10 dias, bem como o cumprimento das seguintes diligências:

- 1) Junte-se aos autos o relatório com o resultado da diligência realizada pela assessoria no sítio eletrônico do Município na internet;
- 2) Expeça-se Recomendação conforme minuta, encaminhando-a via ofício ao destinatário, com confirmação de recebimento;
- 3) Após, retornem-me os autos conclusos.

THIAGO DOS SANTOS LUZ
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 5, DE 23 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e CONSIDERANDO:

a) o rol de atribuições conferidas pelos artigos 127 e 129 da Constituição da República ao Ministério Público, incumbido de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, e de promover as medidas necessárias a sua garantia;

b) a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) os fatos constantes do Procedimento Preparatório nº. 1.23.003.000248/2019-17, instaurado para apurar supostas irregularidades na execução do Piso de Atenção Básica - PAB, referente ao exercício financeiro de 2014, no município de Medicilândia - PA.

d) o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL nº. 1.23.003.000248/2019-17, a partir do Procedimento Preparatório de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Desde já determino a publicação da presente Portaria, nos termos do artigo 4º, VI, da Resolução 23/2007 CNMP.

Cumpram-se as demais determinações contidas no despacho de instauração (PRM-ATM-PA-00009442/2020).

I SADORA CHAVES CARVALHO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 17, DE 23 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, e com fundamento nos arts. 6º, caput, 205, 231, da CF e art. 7º, I, da LC 75/93, e nos termos da RESOLUÇÃO CNMP 174/2017;

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO o art. 14 da Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que assegura aos indígenas o direito de estabelecer e controlar seus sistemas e instituições educativos, bem como o direito a todos os níveis e formas de educação do Estado, sem discriminação;

CONSIDERANDO a Convenção 169 da OIT, que assegura o direito à educação da comunidade indígena em todos os níveis e, pelo menos, em condições de igualdade com o restante da comunidade nacional, observadas as necessidades particulares;

RESOLVE, com base no artigo 9 da Resolução nº 174/2017 do CNMP, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com o objetivo de acompanhar a permanência de determinados professores do Anexo Gorotire da EEEM João Pinto Pereira, que atende a alunos das aldeia Gorotire. Motukõre, Momokre e Tatajêre.

Como consequência da instauração e para assegurar a devida publicidade e a regularidade da instrução, determino:

1. A imediata inserção eletrônica desta portaria no banco de dados da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão;

2. A expedição de ofício à Associação Angrokre, para que informe:

2.2. Se ocorreu a solução do pedido e a renovação dos contratos dos mencionados professores; e

no final de 2019.

3. A expedição de ofício à SEDUC/PA para que informe se ocorreu a renovação dos contratos dos professores mencionados na representação.

Instrua os ofícios com cópia da presente portaria e da representação.

ROBERT RIGOBERT LUCHT
Procurador da República

PORTARIA Nº 20, DE 23 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo (a) procurador (a) da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, nos arts. 7º, inciso I, e 8º da Lei Complementar nº. 75/1993,

CONSIDERANDO o arquivamento do Inquérito Civil 1.23.007.000154/2016-57 que apurava os danos ambientais decorrentes da construção do Residencial Jardim Primavera, no Município de Tailândia, construído pela empresa Construtora Centro Minas Ltda – CCM, com recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida.

CONSIDERANDO que já tramita na Justiça Federal de Tucuruí a ação 1000179-35.2018.4.01.3907, ajuizada por seis moradores circunvizinhos do Residencial Jardim Primavera em face da Construtora CCM e da CEF para serem ressarcidos pelos danos materiais e morais que sofreram com a construção do citado empreendimento,

CONSIDERANDO que a recuperação integral do dano ambiental também é objeto dos pedidos da referida ação, na qual já há decisões judiciais que determinam a recuperação da área degradada em benefício, também, da coletividade,

CONSIDERANDO que resta somente o ajuizamento de ação para pleitear a reparação do dano moral coletivo decorrente dos danos ambientais, que não está abarcado naquela primeira ação, mas que o ajuizamento de tal ação, neste momento, implicaria reunião dos processos para julgamento conjunto (artigo 55, § 1º e 3º, CPC) e possível prejuízo ao trâmite da primeira ação, preste a ser sentenciada,

Resolve o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhar, no âmbito da 5ª CCR, o desfecho do processo 1000179-35.2018.4.01.3907 e instruir o ajuizamento de ação voltada à reparação dos danos morais coletivos decorrentes dos danos ambientais ocasionados pela construção do Residencial Jardim Primavera, no Município de Tailândia, construído pela empresa construtora Centro Minas Ltda – CCM, com recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida.

Distribua-se ao 2º Ofício, por prevenção ao IC 1.23.007.000154/2016-57.

Após as providências de praxe, autos conclusos.

MANOELA LOPES LAMENHA LINS CAVALCANTE
Procuradora da República

PORTARIA Nº 22, DE 23 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2004 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e;

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos da Notícia de Fato 1.23.002.000177/2020-9822 instaurada para "Apurar notícia de celebração, no município de Placas/PA, de contratos para realização de serviços advocatícios, cujos objetos são a recuperação de valores do FUNDEF/FUNDEB, com honorários contratuais definidos entre 15% ou 20% do montante recuperado, sendo que tais contratos foram realizados irregularmente por inexigibilidade de licitação e as contratações seriam desnecessárias e onerosas aos cofres públicos, vez que a execução está sendo realizada pelo Ministério Público Federal nos autos da ACP 1999.61.00.050616-0, em trâmite na 19ª Vara da Justiça Federal - Seção Judiciária de São Paulo, sem custo algum para os municípios."

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 3 de agosto de 2006, do CSMPPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

I – Autue-se a portaria de instauração do Inquérito Civil;

II – Dê-se conhecimento da instauração deste IC à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPPF), mediante comunicação eletrônica, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPPF;

III – Após, retornem-me os autos conclusos.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
Procurador da República

ADITAMENTO DA PORTARIA Nº 20, DE 24 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, nos arts. 7º, inciso I, e 8º da Lei Complementar nº. 75/1993,

CONSIDERANDO o arquivamento do Inquérito Civil 1.23.007.000154/2016-57 que apurava os danos ambientais decorrentes da construção do Residencial Jardim Primavera, no Município de Tailândia, construído pela empresa Construtora Centro Minas Ltda – CCM, com recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida,

CONSIDERANDO que já tramita na Justiça Federal de Tucuruí a ação1000179-35.2018.4.01.3907, ajuizada por seis moradores circunvizinhos do Residencial Jardim Primavera em face da Construtora CCM e da CEF para serem ressarcidos pelos danos materiais e morais que sofreram com a construção do citado empreendimento,

CONSIDERANDO que a recuperação integral do dano ambiental também é objeto dos pedidos da referida ação, na qual já há decisões judiciais que determinam a recuperação da área degradada em benefício, também, da coletividade,

CONSIDERANDO que resta somente o ajuizamento de ação para pleitear a reparação do dano moral coletivo decorrente dos danos ambientais, que não está abarcado naquela primeira ação, mas que o ajuizamento de tal ação, neste momento, implicaria reunião dos processos para julgamento conjunto (artigo 55, § 1º e 3º, CPC) e possível prejuízo ao trâmite da primeira ação, prestes a ser sentenciada,

Resolve o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhar, no âmbito da 4ª CCR, o desfecho do processo 1000179-35.2018.4.01.3907 e instruir o ajuizamento de ação voltada à reparação dos danos morais coletivos decorrentes dos danos ambientais ocasionados pela construção do Residencial Jardim Primavera, no Município de Tailândia, construído pela empresa construtora Centro Minas Ltda – CCM, com recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida.

Retifique a classificação temática para 4ª CCR e publique-se.

Após, autos conclusos.

MANOELA LOPES LAMENHA LINS CAVALCANTE
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 39, DE 21 DE JULHO DE 2020

O Dr. Renan Paes Félix, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

RESOLVE:

Converter em Inquérito Civil, com espeque no art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e art. 4º da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPPF, a Notícia de Fato de nº 1.24.001.000075/2019-10, instaurada para apurar a participação da Empresa M&M Construção Ltda. em licitações realizadas pelo Município de São Sebastião de Lagoa de Roça/PB (Operação Recidiva): Tomada de Preço nº 01/2015 (pintura nas escolas do município), Tomada de Preço nº 04/2015 (Construção de área de eventos-1ª etapa) e Tomada de Preço nº 05/2015 (Construção de área de eventos - 2ª etapa).

Registrada esta, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

- I. Registre-se e autue-se, conforme o art. 5º da Resolução nº 87/2006 – CSMPPF;
- II. Proceda-se a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, via Sistema Único, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006;
- III. Cumpram-se as diligências apontadas no despacho nº 1258/2020/MPF/PRM/CAMPINA GRANDE/PB/GAB-BGP;
- IV. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 15 da Resolução nº 87/2006 – CSMPPF.

RENAN PAES FÉLIX
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 78, DE 23 DE JULHO DE 2020

Referência: PP nº 1.25.000.003200/2018-27

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para proteção do patrimônio público e social, defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais a legalidade e a moralidade administrativa, nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal,

Considerando as disposições do artigo 5º, inciso II, alínea “e”, III alínea “e”, da Lei Complementar nº 75/1993;

Considerando a necessidade de se apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa decorrente dos fatos relatados no IPL nº 0001769-94.2010.4.04.7000;

Considerando o que determina o art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal,

RESOLVE, converter o presente Procedimento Preparatório nº 1.25.000.003200/2018-27 em Inquérito Civil;

Para isso, DETERMINA-SE:

- I. A autuação e registro dessa Portaria no âmbito da PR/PR, fazendo-se as anotações necessárias;
- II. A comunicação da instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para fins de publicação.
- III. O cumprimento das diligências pontuadas no despacho retro.

YARA QUEIROZ RIBEIRO DA SILVA SPRADA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 394, DE 22 DE JULHO DE 2020

A PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79 da Lei Complementar nº 75/93; e

CONSIDERANDO a existência de canais para o envio de notícias de irregularidades eleitorais praticadas por candidatos e partidos políticos, ou em benefício de candidatos, durante o processo eleitoral de 2020;

CONSIDERANDO que além dos canais disponibilizados pelo Ministério Público Eleitoral pelos endereços eletrônico <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos> – Representação Inicial, para cidadãos, ou www.protocolo.mpf.mp.br para pessoa jurídica, diversos órgãos da federação e no Estado do Paraná possuem canais de recebimento de notícias referentes a irregularidades eleitorais, dentre eles o sistema PARDAL disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, Disque Denúncia 181 da Polícia Militar do Paraná e também a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná;

CONSIDERANDO que, no que for atribuição do Ministério Público Eleitoral, as notícias de irregularidades eleitorais poderão ser encaminhadas à Procuradoria Regional Eleitoral do Paraná para processamento;

CONSIDERANDO que a atribuição, nas Eleições Municipais, para autuação de procedimentos e tomada de medidas em relação aos atos irregulares é das Promotorias Eleitorais atuantes em cada Zona Eleitoral;

Resolve:

Art. 1º Aportando na PRE, por qualquer meio (protocolo eletrônico, representação inicial, remessa de outros órgãos), as notícias de irregularidade eleitoral serão imediatamente autuadas como Notícia de Fato.

§ 1º Após as medidas acima, as Notícias de Fato serão distribuídas às Promotorias Eleitorais com atribuição no Município onde ocorreram os fatos.

Art. 2º Nos Municípios abrangidos por uma zona eleitoral, a atribuição da Promotoria Eleitoral é plena.

Art. 3º As Promotorias Eleitorais vinculadas às zonas eleitorais constantes do Anexo I da Resolução nº 847/2019 do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná têm atribuição em todos os Municípios atendidos no respectivo Fórum Eleitoral.

Art. 4º Nos Municípios abrangidos por duas ou mais zonas eleitorais, a distribuição das Notícias de Fato autuadas a partir de notícia de irregularidade eleitoral será feita pela Procuradoria Regional Eleitoral por meio de controle manual, de forma a garantir a equidade na distribuição a todas as Promotorias Eleitorais do Município, com exceção das Promotorias Especializadas da Capital.

§ 1º Após a distribuição, as Notícias de Fato serão encaminhadas para processamento pela via eletrônica, para o endereço de e-mail institucional do Promotor (a) de Justiça Eleitoral e com cópia para a Coordenadoria das Promotorias de Justiça Eleitorais, sendo devida a confirmação do recebimento do documento.

Art. 5º As notícias de irregularidade referentes a fornecimento gratuito de transporte a eleitores das zonas rurais no dia da eleição caberão à Promotoria Eleitoral atuante perante a Zona Eleitoral responsável, conforme rodízio a ser estabelecido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, como disposto na mencionada Resolução do Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 6º - Casos omissos serão decididos por esta Procuradoria Regional Eleitoral.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação.

ELOISA HELENA MACHADO
Procuradora Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 45, DE 21 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e no art. 6º da Lei Complementar nº 75/93;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando que o objeto da presente Notícia de Fato se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando a necessidade de adoção da providência elencada no inciso II do art. 4º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Determino a conversão da Notícia de Fato nº 1.26.005.000313/2020-16 em Inquérito Civil a fim de “apurar o suposto desvio de verbas na aquisição de respiradores, no Município de Pesqueira/PE”.

Mantenha-se no Inquérito Civil o número de autuação utilizado no Procedimento Extrajudicial em questão.

Após os registros de praxe, cumpra-se os fins previstos nos arts. 4º, VI e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, via Sistema Único.

Ficam os servidores autorizados a franquear vista e permitir a extração de cópia de autos extrajudiciais não sigilosos, juntando-se apenas o requerimento, para fins de controle. Cuidando-se de autos extrajudiciais sigilosos, quaisquer pedidos de vista e/ou cópia deverão ser autorizados pelo titular do Ofício ou seu substituto.

RODRIGO ANTONIO TENORIO CORREIA DA SILVA
Procurador(a) da República

PORTARIA Nº 46, DE 23 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e no art. 6º da Lei Complementar nº 75/93;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando que o objeto do presente Procedimento Extrajudicial se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando a necessidade de adoção da providência elencada no inciso II do art. 4º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do

Ministério Público Federal;

Determino a conversão do Procedimento Preparatório nº 1.26.005.000189/2019-47 em Inquérito Civil a fim de apurar “suposta contaminação e desvio de finalidade da Cisterna n. 55.074 (Convênio n. 019/2013), concedida pelo Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social, para a Associação Beneficente Casa do Senhor – Assistência Social às Famílias Carentes Urbana e Rural, em Bom Conselho/PE”.

Mantenha-se no Inquérito Civil o número de autuação utilizado no Procedimento Extrajudicial em questão.

Após os registros de praxe, cumpra-se os fins previstos nos arts. 4º, VI e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, via Sistema Único.

Ficam os servidores autorizados a franquear vista e permitir a extração de cópia de autos extrajudiciais não sigilosos, juntando-se apenas o requerimento, para fins de controle. Cuidando-se de autos extrajudiciais sigilosos, quaisquer pedidos de vista e/ou cópia deverão ser autorizados pelo titular do Ofício ou seu substituto.

POLIREDA MADALY BEZERRA DE MEDEIROS
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 263, DE 18 DE JUNHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que subscreve, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, pelas regras contidas no art. 2º da Resolução 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como nos arts. 1º a 4º da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e, ainda;

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal, incumbindo aos membros da instituição zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionais assegurados à coletividade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do artigo 6º, incisos VII, alínea b e XIV, alínea d, da Lei Complementar 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa de interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que tramita no Ofício da Tutela Coletiva da Saúde o procedimento preparatório nº 1.30.001.003544/2019-47, instaurado com o escopo de apurar suposto desabastecimento de medicamentos do grupo 1B do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF e possíveis irregularidades nos repasses da União para o Estado do Rio de Janeiro para a aquisição dos medicamentos desse grupo;

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de diligências de instrução complementares, já definidas nos respectivos autos;

RESOLVE, em observância aos termos do artigo 4º, §§ 1º e 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e dos artigos 2º, §§ 4º, 6º e 7º da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, converter em INQUÉRITO CIVIL o procedimento preparatório nº 1.30.001.003544/2019-47, para o prosseguimento das investigações.

Autue-se. Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALINE MANCINO DA LUZ CAIXETA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 264, DE 18 DE JUNHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que subscreve, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, pelas regras contidas no art. 2º da Resolução 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como nos arts. 1º a 4º da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e, ainda;

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal, incumbindo aos membros da instituição zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionais assegurados à coletividade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do artigo 6º, incisos VII, alínea b e XIV, alínea d, da Lei Complementar 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa de interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que tramita no Ofício da Tutela Coletiva da Saúde o procedimento preparatório nº 1.30.001.000293/2020-82, instaurado com o escopo de apurar suposta conduta irregular da servidora pública federal e municipal que, não obstante aposentada por invalidez por doença psiquiátrica no município do RJ, estaria exercendo função pública no âmbito do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO;

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de diligências de instrução complementares, já definidas nos respectivos autos;

RESOLVE, em observância aos termos do artigo 4º, §§ 1º e 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e dos artigos 2º, §§ 4º, 6º e 7º da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, converter em INQUÉRITO CIVIL o procedimento preparatório nº 1.30.001.000293/2020-82, para o prosseguimento das investigações.

Autue-se. Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALINE MANCINO DA LUZ CAIXETA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 308, DE 23 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que este subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007, de 17 de setembro do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que restou constatada na NF nº 1.30.001.003135/2019-41 a existência de indícios de atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, art. 11, caput, da Lei 8429/92, cometidos pelo servidor Pedro de Oliveira Simão, matrícula 2066592, Técnico em Complexidade Intelectual da ANS, faz-se necessária a continuidade das investigações.

DETERMINA:

1- Converta-se a NF nº 1.30.001.003135/2019 em Inquérito Civil, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, com a seguinte ementa:

“Possíveis atos de improbidade, supostamente cometidos por servidor da ANS, matrícula 2066592, Técnico em Complexidade Intelectual da ANS, que teria fraudado e adulterado a montagem do relatório 1080/2018/GEPJI/GGOFI/DIFIS, que instruiu o Processo Judicial nº 33902.023533/2010-17”.

2-Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF a instauração do presente IC;

3- Promova-se as publicações de estilo, inclusive com inserção nos sistemas eletrônicos;

4- Oficie-se ao Diretor-Presidente da ANS para que: a) esclareça se o relatório 1080/2018/GEPJI/GGOFI/DIFIS possui informação ideologicamente falsa e a quem pode ser atribuída a confecção do mencionado relatório; e b) apresente a cópia do relatório 1080/2018/GEPJI/GGOFI/DIFIS; a cópia integral do auto de infração 34925/2018; e a cópia integral do PAP 33902.023533/2017-10;

5- Notifique-se o representante, por e-mail, sobre a promoção deste Ofício de conversão da presente NF em IC, acompanhado da cópia do despacho de conversão;

6- Acautelem-se os autos até as respostas ao ofício ou até o transcurso do prazo de 60 dias.

SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS
Procurador da República

RECOMENDAÇÃO Nº 6, DE 23 DE JULHO DE 2020

IC nº 1.30.015.000076/2019-08

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II, III e IX, da Constituição da República, nos artigos 2º, 5º, incisos I, h, IV, V e VI, e 6º, incisos VII, XIV, “f”, e XX, da Lei Complementar nº 75/1993, no artigo 23 da Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e no artigo 15 da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e

CONSIDERANDO ser a educação direito de todos os cidadãos, constitucionalmente assegurado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-o para o efetivo exercício da cidadania e sua qualificação profissional, nos termos do artigo 205 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Constituição da República prevê no seu artigo 227, regulamentado pelos artigos 3º, 4º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade de convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que a Constituição da República estabelece em seu artigo 208, inciso VII, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 54, inciso VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente programa suplementar de transporte;

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996) estabelece, no artigo 10, inciso VII, que os estados incumbir-se-ão de assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual e no artigo 11, inciso VI, que os municípios incumbir-se-ão de assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 21 e 24 do Código de Trânsito (Lei Federal nº 9.503/1997);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.880/04 instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o objetivo de garantir o transporte escolar dos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios;

CONSIDERANDO que a Resolução FNDE nº 5, de 28 de maio de 2015, estabelece que o PNATE consiste na transferência, em caráter suplementar, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de recursos financeiros destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com o objetivo de melhorar as condições de acesso à educação;

CONSIDERANDO o apurado no bojo do inquérito civil nº 1.30.015.000076/2019-08, que verificou a utilização de veículos em precário estado de conservação na prestação do serviço de transporte escolar, sem cinto de segurança, sem extintor de incêndio, dentre outras irregularidades graves;

CONSIDERANDO que o transporte escolar em veículos inadequados coloca em risco a vida e a integridade de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO existir interesse federal na correta aplicação dos recursos públicos transferidos pela União para a prestação de serviço de transporte escolar;

RESOLVE recomendar ao prefeito do município de Conceição de Macabu que:

a) após o retorno das aulas e nas próximas licitações com o mesmo objeto, adote as providências para que a empresa contratada para a prestação do serviço de transporte escolar da rede municipal cumpra suas obrigações em conformidade com o Código de Trânsito, em especial artigos 136 a 139, e Resoluções do Detran e Contran aplicáveis ao caso;

b) Caso identificada qualquer não-conformidade, adote as providências para a regularização da prestação do serviço no prazo de 30 (trinta dias) e/ou notifique a empresa prestadora de serviço para tanto, encaminhando documentação comprobatória.

Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a prestação de informações sobre o atendimento da recomendação e das providências adotadas a respeito.

O descumprimento da presente recomendação poderá ensejar medidas administrativas e judiciais cabíveis para forçar sua observância, sem prejuízo de responsabilização administrativa, cível e penal, conforme o caso.

Publique-se no site desta unidade do Ministério Público Federal, nos termos do art. 23, caput, parte final, da Resolução CSMFP n. 87/06.

FLAVIO DE CARVALHO REIS
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 31, DE 22 DE JULHO DE 2020

Determina a conversão da Notícia de Fato nº 1.29.002.000256/2020-85 em Inquérito Civil para apurar a regularidade documental e procedimental do convênio firmado entre o Município de Caxias do Sul e a Fundação Universidade de Caxias do Sul, para fins de gestão da Unidade de Pronto Atendimento da Zona Norte.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, com fulcro nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, e arts. 6º, VII, e 7º, I, e 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

CONSIDERANDO o teor da Notícia de Fato em epígrafe, instaurada a partir de cópias da Ação Civil Pública nº 5006393-22.2020.404.7107, a qual instaurada para questionar a validade de convênio firmado entre o Município de Caxias do Sul e a Fundação Universidade de Caxias do Sul, para fins de gestão da Unidade de Pronto Atendimento da Zona Norte;

CONSIDERANDO que, conforme consta da documentação acostada àquele processo pela Municipalidade, existem diversos indicativos de que o convênio referido foi firmado de forma documental falha, especialmente ao se avaliar a aparente inexistência de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde válido por parte da entidade;

CONSIDERANDO que, da análise da documentação alinhada no processo, identifica-se a possibilidade de que o convênio tenha sido realizado com base em documentos desatualizados, os quais não transpareciam a real condição da entidade no que toca à sua condição de instituição beneficente;

CONSIDERANDO que as referidas imprecisões documentais podem refletir tanto na inviabilização formal do convênio, a influir diretamente na manutenção da gestão da unidade de saúde, quanto na irregularidade do negócio jurídico administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundamento das investigações, com vistas à completa elucidação dos fatos e à adoção de eventuais providências judiciais ou extrajudiciais;

RESOLVE converter a Notícia de Fato nº 1.29.002.000256/2020-85 em INQUÉRITO CIVIL, nos termos do art. 4º, II, da Resolução CSMFP nº 87/2006, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados. Encaminhem-se os autos à Subcoordenadoria Jurídica da PRM Caxias do Sul para as seguintes providências iniciais:

I - Registre-se e autue-se a presente portaria juntamente com a referida Notícia de Fato, tendo por objeto a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado (s):

a) Descrição resumida do(s) fato(s) investigado(s): Apurar a regularidade documental e procedimental do convênio firmado entre o Município de Caxias do Sul e a Fundação Universidade de Caxias do Sul, para fins de gestão da Unidade de Pronto Atendimento da Zona Norte;

b) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fato(s) investigado(s): Município de Caxias do Sul, Fundação Universidade de Caxias do Sul;

c) Autor(es) da representação: ex-officio.

II - Oficie-se à Procuradoria-Geral do Município de Caxias do Sul, solicitando-se cópia dos documentos que subsidiam o convênio tratado;

III- Oficie-se à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - MEC, solicitando-se cópia dos processos nº 23000.011220/2012-14 e nº 23000.007517/2019-43; e

IV - Publique-se a presente Portaria, conforme previsto no art. 16, § 1º, I, da Resolução CSMFP nº 87/2006.

FABIANO DE MORAES
Procurador da República

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE 22 DE JULHO DE 2020

Inquérito Civil nº 1.29.002.000204/2020-17

Trata-se de Inquérito Civil instaurado no âmbito desta Procuradoria da República a partir de representações de Bruno Gomes da Silva (PRM-CAX-RS-00003953/2020, PRM-CAX-RS-00004529/2020, PRM-CAX-RS-00004056/2020, PRM-CAX-RS-00004573/2020) e de Daniel Fernando dos Santos Fernandes (PRM-CAX-RS-00004019/2020), noticiando possíveis irregularidades nos indeferimentos de seus pedidos de auxílio emergencial, benefício instituído pela Lei n. 13.982/2020, em razão da pandemia de COVID-19.

Conforme os representantes e documentos juntados com as representações, seus pedidos de auxílio emergencial foram indeferidos com o fundamento de eles estariam presos, o que ambos negam.

Oficiou-se ao Ministério da Cidadania (PRM-CAX-RS-00005399/2020), para que se manifestasse e esclarecesse a situação dos representantes. Não houve resposta até a presente data.

Juntaram-se ainda ofícios da Rede Brasileira de Renda Básica (PRM-CAX-RS-00005686/2020) e da Fundação de Assistência Social de Caxias do Sul (FAS), relatando outros casos semelhantes, de pessoas que tiveram seus pedidos de auxílio emergencial com o fundamento de que estariam presos, embora não estejam.

Ocorre que a Defensoria Pública da União impetrou a Ação Civil Pública n. 5039107-56.2020.4.04.7100 (PRM-CAX-RS-00005689/2020) na Subseção Judiciária Federal de Porto Alegre/RS, no dia 13 de julho de 2020, com efeitos em âmbito nacional.

O ajuizamento dessa ACP esgota o objeto do presente IC, uma vez que busca obrigar a União, Dataprev e CEF, em seus âmbitos de atribuição, a identificar e corrigir os casos de indeferimentos de auxílio emergencial indevidos de todas as pessoas em situações idênticas a dos representantes. Conforme os pedidos elencados na inicial daquela ACP, a DPU requer que o judiciário julgue procedente a ação para fins de, entre outros pedidos,

[...]

b) Condenar as rezs a uma obrigação de fazer, qual seja, a adotar medidas visando identificar e corrigir os casos de indeferimento indevido de auxílio emergencial a TODAS AS pessoas que supostamente estariam cumprindo pena em regime fechado em estabelecimentos prisionais, mantendo o indeferimento apenas para os casos em que efetivamente o requerente se encontra em tais condições, em prazo a ser fixado em sentença, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 por caso de indeferimento indevido em razão de tal justificativa;

c) Condenar as rezs a uma obrigação de não fazer, qual seja, a de se abster a indeferir benefícios de auxílio emergencial com base no fundamento de estar o requerente recolhido em estabelecimento prisional para cumprimento de pena em regime fechado, salvo se existente prova cabal de tal situação, a ser implantada no prazo de 72hs, sob pena de multa no valor de R\$ 10.000,00 por caso de indeferimento indevido em razão de tal justificativa;

d) A condenação das rezs a uma obrigação de fazer, qual seja, a de informar quais as bases de dados utilizadas para aferir se o requerente de benefício de auxílio emergencial se encontra ou não cumprindo pena restritiva de liberdade em regime fechado, sob pena de fixação de multa;

e) A condenação das rezs ao pagamento de indenização por dano moral coletivo em razão de ato ilícito decorrente na negativa ilegal de pagamento de auxílio emergencial decorrente de falha no seu sistema de dados na aferição da situação do solicitante em face do sistema prisional;

[...]

Dessa forma, a adoção de eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais por esta Procuradoria da República implicaria bis in idem, razão pela qual, em vista dos princípios da eficiência e economicidade, impõe-se o arquivamento do presente IC.

Ainda, em relação ao caso individual dos representantes, caso desejem, embora não haja sede da DPU em Caxias do Sul, podem realizar atermção na Subseção Judiciária Federal nesta cidade, para solução individual de suas demandas.

Posto isso, não havendo outras diligências a serem empreendidas pelo Ministério Público Federal e inexistindo fundamento para a adoção das medidas previstas no art. 4º, I, III e IV da Resolução CSM PF nº 87/2006, PROMOVO O ARQUIVAMENTO do expediente em epígrafe, determinando, em ato contínuo:

i. Oficie-se aos interessados, a fim de lhes dar conhecimento da presente promoção de arquivamento, comunicando-lhes acerca da possibilidade de realizar atermção na Subseção Judiciária Federal de Caxias do Sul, se assim desejarem, e cientificando-os, inclusive, que até que seja homologada pelo Núcleo de Apoio Operacional à PFDC na Procuradoria Regional da República da 4ª Região, poderão ser apresentadas razões escritas ou documentos, que serão juntadas ao autos para apreciação, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei nº 7347/85;

ii. Publique-se, na forma do art. 16, § 1º, I da Resolução CSM PF nº 87/2006; e

iii. Remetam-se os autos ao Núcleo de Apoio Operacional à PFDC na Procuradoria Regional da República da 4ª Região, para análise e homologação da presente decisão, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 7.347/85.

FABIANO DE MORAES
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 53, DE 23 DE JULHO DE 2020

Referência: Inquérito Civil 1.25.000.003206/2018-02. Assunto: Promover arquivamento por Ausência de ilegalidade/irregularidade

Cuida-se de Inquérito Civil, vinculado à 5ª CCR, instaurado com o fim de apurar possíveis atos de corrupção praticados por servidor (es) da Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SRF/RO, no interesse particular do estabelecimento industrial Frigorífico JBS – SIF 4149, na cidade de Porto Velho.

Sua instauração ocorreu a partir de denúncia formulada pela médica veterinária Fabiana Lo Tierzo, em abril de 2018, quando trabalhava como médica veterinária oficial, contratada pelo MAPA, por tempo determinado, para fiscalização do Frigorífico da JBS - SIF 4149 (fls. 23/43).

Segundo a denunciante, desde o início do seu trabalho no estabelecimento, estaria enfrentando dificuldades em decorrência da postura do gerente industrial Arnaldo Ramalho de Caldas que a intimidaria com o objetivo de impedir a realização de seu trabalho. Afirma a representante que o referido gerente "se acha acima da lei e se sente o dono do frigorífico pela função que ocupa, se vangloriando por achar que a JBS S/A Friboi está acima de qualquer medida punitiva, se confiando em laços de amizade que possui com auditores federais agropecuários mais antigos."

Alega ainda que assim que assumiu suas funções, o mencionado gerente teria questionado se a representante era fácil de chorar, e que em reunião ocorrida, no dia 05 de abril de 2018, durante supervisão técnica do MAPA, teria afirmado em tom intimidatório e com raiva que após a chegada da representante no frigorífico "tudo piorou". Além disso, a médica veterinária afirma que no dia 05 de abril de 2018, ela e outra médica veterinária conveniada sofreram tentativa de atropelamento por uma carreta dentro do estabelecimento.

Quanto ao envolvimento de servidores públicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a representante relata o seguinte fato, que transcrevemos a seguir.

No dia 12 de abril de 2018 foi confirmado a grande relação de amizade e camaradagem do Auditor Fiscal Federal Agropecuário Dr. João Carlos de Araujo Aranha para com o gerente industrial. O abatedouro frigorífico JBS/SA: apresenta um histórico antigo e recorrente com comprovações documentais oficiais em relação ao desrespeito aos limites de velocidade da nória permitida para o estabelecimento (71 animais/hora), que comprometem o tempo de sangria como também os procedimentos operacionais. Na data supracitada; nós médicas veterinárias responsáveis pelo SIF 4149, tomamos a medida fiscal informada à empresa no ofício nº 018 de 26 de março do corrente ano, depois de diversas ocorrências de desrespeito aos limites de velocidade da nória: conforme cópias de documentos em anexo, mesmo após a aplicação de auto de infração por este motivo. Ao praticarmos a ação fiscal, o gerente industrial nos procurou e perguntou com tom autoritário e intimidatório se realmente manteríamos a nossa ação, e respondemos que sim.

O mesmo que já havia conversado por telefone celular com o auditor fiscal federal agropecuário Dr. João Carlos de Araújo Aranha, quando ligou novamente para ele e em seguida passou o telefone para a médica veterinária Fabiana Lo Tierzo. O Dr. João Carlos de Araújo Aranha disse em tom autoritário que não poderíamos tomar nenhuma atitude fiscal, que não poderíamos interromper o abate mesmo com a nória com velocidade de 91 animais/hora, e também não poderíamos aplicar outro auto de infração. Disse ainda que as duas médicas veterinárias já tinham chamado a atenção do Estado todo em razão dos dois autos de infração já aplicados, e que para tirar as duas do SIF' 4149, era bem rapidinho bastava ele querer". Depois pediu para falar com a Drª Ana Joísa Marques da Rocha. Ao falar com a médica veterinária Ana Joísa Marques da Rocha, o mesmo repetiu o que havia dito à Drª Fabiana Lo Tierzo, "que resolvêssemos civilizadamente com a indústria, que não podíamos agir na "ilegalidade", apesar de estarmos cumprindo o que fora informado no Ofício No 018 de 26 de março de 2018, que prássemos com fofoca, além de lembrar, que se assim o quisesse, nos tiraria do SIF 4149 bem rapidinho". Perguntou ainda se havíamos entendido, quando respondeu: "manda quem pode e obedece quem tem juízo."

Diante desse incidente, a representante e a outra médica veterinária que presenciou o ocorrido, se dirigiram à sede da SFA/RO, em Porto Velho, no dia 16 de abril de 2018, a fim de relatarmos os fatos ao superior imediato do Auditor Dr. Joao Carlos de Araújo Aranha, para que fossem adotadas providências em relação ao assédio sofrido por parte do gerente do frigorífico e do referido auditor fiscal.

Da referida reunião a representante compreendeu que não seria tomada nenhuma providência em razão de corporativismo da classe dos auditores. No entanto, afirma que toda a conversa foi gravada em seu celular, e que, o Auditor Fiscal João Carlos de Araújo Aranha admitiu sua fala quanto aos fatos do dia 12 de abril de 2018, e formulou pedido de desculpas às médicas veterinárias.

A referida denuncia foi instruída com cópias de ofícios encaminhados a Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia – SFA/RO e ao frigorífico JBS SIF 4149, bem como com o Memorando nº 22/2018, no qual a representante solicita providências quanto ao ato de intimidação sofrido no dia 12 de abril de 2018.

Considerando o conteúdo da representação, este órgão ministerial expediu ofício à Superintendência do MAPA em Rondônia, questionando-lhes sobre as medidas adotadas em razão dos fatos delatados no memorando nº 22/2018, de 16 de abril de 2018. Além disso, foi solicitado ao DIPOA em Brasília, cópias dos relatórios de fiscalização emitidos nos anos de 2017 e 2018, no frigorífico JBS de SIF 4149, e ainda, postulou-se a Justiça Federal em Rondônia, pela remessa de cópia dos autos do IPL N.º 0009139-34.2017.4.01.4100 (fls. 64/66).

As fls. 71/188 constam documentos acostados ao feito pela representante, relacionados ao seu trabalho desempenhado no SIF 4149, ao longo de 2018. Em seguida, as fls. 189/191 constam links relacionados ao depoimento prestado por Fabiana Lo Tierzo na sede desta Procuradoria, e ainda, áudios de conversas gravadas pela representante, firmadas em reunião realizada junto a auditores fiscais na Sede do MAPA, e, junto ao gerente operacional do Frigorífico da JBS, em abril de 2018.

Os documentos constantes às fls. 202/218 se referem as justificativas apresentadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – SFA/RO, quanto aos fatos delatados no memorando nº 22/2018. Os documentos seguintes, situados às fls. 219/ 870 tratam dos relatórios de supervisão e verificação oficial realizados pelo MAPA nos anos de 2017 e 2018, no frigorífico da JBS de SIF 4149.

Considerando a vasta documentação que integra o feito, foi proferido o despacho nº 79/2019, em caráter saneador, a partir do qual determinou-se a expedição de ofício ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, solicitando informações adicionais a respeito dos fatos delatados, em especial, quanto a licitude da conduta praticada pela representante (suspensão do abate do dia), e do auditor fiscal que a desautorizou. Solicitou-se ainda, que fosse firmado contato junto a representante no intuito de esclarecer sobre a existência de protocolo do memorando 22/2018, e ainda, sobre a existência de provas adicionais quanto aos fatos denunciados, (fls. 878/881).

Em resposta as solicitações formuladas, foram acostados ao feito os documentos situados às fls. 889 (representante) e 892/898 (MAPA).

É o relatório.

Analisando-se os fatos delatados, verifica-se que a denuncia formulada pela médica veterinária Fabiana Lo Tierzo apresenta dois seguimentos principais, passíveis de investigação: o primeiro, concernente a eventual assédio moral sofrido por parte do gerente do frigorífico JBS SIF 4149, Sr. Arnaldo Ramalho de Caldas, e pelo auditor fiscal Agropecuário João Carlos de Araújo Aranha; o segundo, consistente em eventual favorecimento/corrupção estabelecido entre o referido fiscal e o gerente do estabelecimento com o fim de sobrepor os interesses do frigoríficos às regras que lhes são impostas, e ainda, quanto a convivência do MAPA com as irregularidades, em tese, praticadas.

Inicialmente, trataremos a respeito do suposto assédio moral, sendo relevante, antes da análise, apresentarmos seu conceito:

Assédio moral é a exposição de pessoas a situações humilhantes e constrangedoras no ambiente de trabalho, de forma repetitiva e prolongada, no exercício de suas atividades. É uma conduta que traz danos à dignidade e à integridade do indivíduo, colocando a saúde em risco e prejudicando o ambiente de trabalho.

No serviço público, caracteriza-se por condutas repetitivas do agente público que, excedendo os limites das suas funções, por ação, omissão, gestos ou palavras, tenham por objetivo ou efeito atingir a autoestima, a autodeterminação, a evolução na carreira ou a estabilidade emocional de outro agente público ou de empregado de empresa prestadora de serviço público, com danos ao ambiente de trabalho objetivamente aferíveis

Como se sabe o assédio moral, até o presente momento, não é configurado como ilícito penal, não havendo viés criminal a ser apreciado pelo parquet com relação a sua prática.

Lado outro, com relação ao assédio moral no serviço público, tem-se o entendimento firmado que sua prática configura ato de improbidade administrativa que viola os princípios da Administração Pública.

Quanto a relação estabelecida entre a representante e o gerente operacional do frigorífico JBS, Sr. Arnaldo Ramalho de Caldas, entende-se que temos a situação de fiscalizador e fiscalizado, destituídos de elos de subordinação, e quaisquer vinculações concernentes a suas relações empregatícias.

Conforme estabelecido no ordenamento jurídico pátrio, a prática de atos de improbidade administrativa depende da presença de um agente público para sua configuração, não sendo possível sua atribuição exclusiva em face do particular. Por este motivo, eventual prática de assédio moral pelo gerente ARNALDO RAMALHO, empregado do frigorífico JBS SIF 4149, não seria passível de responsabilização cível por este órgão ministerial.

Mesmo assim, em análise a denúncia formulada pela representante, e aos elementos de prova acostados aos autos, entende-se que não há evidências da prática de assédio moral no presente caso.

As reclamações apresentadas pela médica veterinária consistem no recorrente descumprimento das normas previstas no RIISPOA pelo referido gerente, em afronta as determinações por ela exaradas. Tal comportamento, ocasionava desgaste no curso do seu trabalho, e a recorrente formulação de notificações a empresa e à Superintendência Federal Agropecuária de Rondônia, sobre as irregularidades.

Ao que tudo indica, a hipótese apresentada, trata de divergência entre fiscalizador e fiscalizado, destituídos de caráter pessoal, e que o gerente industrial, ciente das restrições impostas a médica veterinária, contratada temporariamente, na defesa dos interesses da empresa, descumpria reiteradamente ordens que lhes eram designadas, sob o risco de sofrer autuações administrativas posteriores.

No entanto, por mais desgastante que fosse, integrava as funções da representante a notificação do estabelecimento e do órgão agropecuário competente, MAPA, para aplicação de eventuais autos de infração em razão do descumprimento de normas pelo estabelecimento frigorífico.

Isso porque, a natureza temporária do cargo ocupado pela denunciante não lhe dava autonomia para aplicações de sanções ao estabelecimento, devendo ela se submeter as questões ao auditor fiscal responsável pela fiscalização de produtos de origem animal, para que esse analisasse a viabilidade ou não da imposição de medidas sancionatórias.

Quanto ao questionamento formulado pelo gerente sobre a facilidade de choro da representante, e afirmação que após sua chegada tudo piorou, tais fatos, por si só não são aptos à configuração da prática de assédio moral.

Primeiro, porque destituídos de quaisquer indícios de prova, segundo, porque a prática do assédio requer que as agressões se protraiam no tempo, repetidamente, com o fim de prejudicar a vítima. Vale destacar que, situações isoladas podem causar dano moral, mas não necessariamente configuram assédio moral.

Por fim, ainda quanto as denúncias relacionadas ao assédio sofrido por parte do estabelecimento frigorífico, temos o relato de uma tentativa de atropelamento sofrida pela representante durante o exercício de suas atividades laborativas.

No entanto, após a realização de apuração dos fatos pela administração do frigorífico, verificou-se que o caso ocorreu de forma acidental, destituído de qualquer finalidade de atentar a integridade física das médicas envolvidas. Conforme as explanações constantes às fls. 161, elaboradas pela empresa de transportes responsável pelo veículo e motoristas envolvidos, tais fatos seriam ainda repassados a todos os colaboradores a fim de alertá-los, para que situações semelhantes não ocorressem novamente.

Do mesmo modo, com relação aos fatos atribuídos ao auditor fiscal federal agropecuário João Carlos de Araújo Aranha, entende-se não estar configurada a prática de assédio moral, ante a ausência da repetição e perpetuação no tempo de atos destinados a desestabilização operacional e/ou emocional da representante.

Isso porque, compulsando o feito, verifica-se que ao longo de quase 1 ano de serviço prestado no frigorífico JBS-SIF 4149, a representante alegou somente duas situações em que se sentiu constrangida pelo mencionado auditor fiscal.

A primeira, relacionada ao incidente ocorrido no dia 12 de abril de 2018, quando o referido auditor de forma ríspida e excessiva desautorizou a denunciante a aplicar medida sancionatória ao frigorífico (suspensão do abate do dia), ameaçando lotá-la em outro estabelecimento frigorífico.

Os referidos fatos ficaram comprovados, ante o conteúdo da gravação ambiental apresentada pela representante, na qual o auditor fiscal João Carlos de Araújo Aranha, não nega os fatos que lhes foram imputados, e pede desculpas as médicas veterinárias ofendidas (fl. 190).

Com relação a esses fatos, em que pese o Ministério da Agricultura e Pecuária indique que a conduta da representante de suspender o abate fosse ilegal, a abordagem efetuada por seu superior hierárquico violou preceitos administrativos, em especial o dever de urbanidade que deve ser observado no serviço público, art. 116, XI, da Lei 8.112/90.

No entanto, o referido ilícito administrativo, por si só, não tem o condão de configurar a prática de assédio moral.

O segundo fato identificado, relatado no ofício de fls. 171/173, diz respeito a um telefonema recebido pela representante no dia 06 de junho de 2018, quando o referido auditor fiscal lhe advertiu que não queria mais receber telefonemas da Coordenadora Administrativa do Frigorífico Sra. Silvana Cristina Diniz.

Segundo o referido ofício, a coordenadora administrativa da JBS recorrentemente tentava passar por cima de sua autoridade técnica e administrativa e de maneira antiética realizava telefonemas ao AFFA Dr. João Carlos de Araújo Aranha, com o fim de ultrapassar seus procedimentos.

No entanto, mais uma vez, entende-se que a referida situação não é apta a configuração de assédio moral, especialmente, considerando que o referido auditor fiscal, à época, era responsável, ainda que indiretamente, pela planta do SIF 4149, sendo normal que a administração do estabelecimento o procurasse para fazer questionamentos em caso de discordância com o entendimento firmado pela médica veterinária oficial, em exercício in loco.

Afastada a incidência de assédio moral no caso relatado, passamos a analisar a denúncia concernente ao eventual favorecimento do estabelecimento frigorífico SIF 4149 por parte do auditor fiscal João Carlos de Araújo Aranha, decorrente de suposto vínculo de amizade estabelecido entre ele e o gerente operacional Arnaldo Ramalho de Caldas.

Mais uma vez, a referida denúncia retrata suspeita da denunciante, destituída de provas aptas a sua comprovação.

No caso, entende-se que a suspeita decorreu do fato ocorrido no dia 12 de abril de 2018, quando o gerente operacional do frigorífico entrou em contato, por telefone, com o referido auditor fiscal a fim de confrontar determinação exarada pela representante, e o Auditor atendeu ao pleito do frigorífico, desautorizando as medidas determinadas pela médica veterinária.

Considerando a referida suspeita este órgão ministerial oficiou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, às fls. 886/887, realizando os seguintes questionamentos:

“a) a conduta adotada por parte das médicas veterinárias de suspender a produção do dia, em razão dos recorrentes episódios de velocidade excessiva da nória, é ilegal, ou afronta as normas preconizadas por este Ministério? b) é comum os gerentes de estabelecimentos frigoríficos contatarem auditores fiscais agropecuários a fim de questionar condutas praticadas por médicos veterinários responsáveis pela fiscalização das atividades produtivas? c) o Auditor-fiscal Agropecuário João Carlos de Araújo Aranha era responsável pelo SIF 4149, no dia 12 de abril de 2018, ou possuía competência para ditar ordens concernentes as condutas das médicas veterinárias atuantes naquele estabelecimento? d) a conduta adotada pelo Auditor-fiscal Agropecuário João Carlos de Araújo Aranha em determinar a não aplicação da sanção ao frigorífico foi adequada e respaldada em atos normativos internos? e) informem sobre a eventual aplicação de sanções administrativas ao frigorífico JBS - SIF 4149, em face das diversas irregularidades constatadas no referido estabelecimento ao longo do ano de 2018. Caso não existam sanções aplicadas, que esclareçam os motivos que dispensaram a aplicação de medidas.”

Em resposta, o referido órgão apresentou a informação n.º 631/1º SIPOA, constante às fls. 892/899, que, inicialmente, explicou sobre o déficit de auditores fiscais federais agropecuários no Estado de Rondônia, fato que motivou a contratação de médicos veterinários oficiais, por prazo determinado.

Esclareceram ainda, que o AFFA João Carlos de Araújo Aranha, à época dos fatos delatados, ocupava a função de chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Saúde Animal - SISA/DDA/SFA/RO, e, portanto, era chefe imediato dos servidores em exercício no serviço de inspeção de produtos de origem animal, inclusive da representante.

Ademais, a referida informação tratou das funções dos médicos veterinários oficiais, restritas a inspeção ante e post mortem, e que as atividades de verificação oficiais realizadas pelo SIF, bem como a aplicação medidas cautelares e autos de infração são realizadas por servidores dos cargos de Auditor Fiscal federal Agropecuário, e AISSPOA, conforme o item 2.8 do ofício.

Quanto ao questionamento sobre o fato de o gerente do frigorífico ter contactado o AFFA João Carlos de Araújo Aranha, informaram que nos casos onde há apenas médicos veterinários oficiais, é comum que o estabelecimento consulte o Auditor responsável pelo SIF.

Por último, trataram sobre ações realizadas no SIF 4149, e, apresentaram relação dos autos de infrações lavrados em desfavor do estabelecimento nos anos de 2018 e meados de 2019, dos quais constam inclusive autuações proferidas pelo auditor Dr. João Carlos de Araújo Aranha.

Em síntese, as informações prestadas pelo MAPA indicam que a representante não possuía amparo legal para determinar a suspensão do abate de bovinos ocorrida no dia 12 de abril de 2018; que o Auditor Fiscal João Carlos de Araújo Aranha, por ser seu superior hierárquico imediato, tinha competência para desautorizá-la quanto a aplicação da medida ilícita; e que é normal o contato entre representantes do estabelecimento e auditores fiscais, em situações como a apresentada, em que há somente médico veterinário oficial in loco no SIF.

Desta feita, ante a ausência de provas que possam evidenciar quaisquer favorecimentos realizados por servidores da SFA/RO em benefício do frigorífico de SIF 4149. Considerando ainda, a ausência de elementos que indiquem laços de amizade entre o gerente operacional do frigorífico Arnaldo Ramalho e o AFFA João Carlos de Araújo Aranha, entende-se pela ausência de atos de corrupção passíveis de investigação por parte deste órgão ministerial.

Por derradeiro, quanto ao eventual corporativismo entre os auditores fiscais do MAPA, alegado pela representante, vale destacar que as irregularidades narradas no presente feito, que integraram o conteúdo do memorando 22/2018, não foram protocoladas pela representante junto a administração pública para adoção das medidas administrativas eventualmente cabíveis. Nesse contexto, não há que se falar em omissão indiscriminada da Administração da SFA/RO em apurar os fatos delatados.

Ante o exposto, considerando que a análise da documentação carreada aos autos, composto por 900 laudas, não induz a prática dos ilícitos denunciados na representação, PROMOVO O ARQUIVAMENTO do presente inquérito civil, ao passo que determino sua remessa, no prazo de 3 (três) dias, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para eventual homologação, nos termos do § 2º do art. 17 da Resolução CSMFP n.º 87, de 03/08/2006.

Antes de promover as medidas concernentes ao arquivamento, expeça-se ofício a Superintendência Federal de Agricultura - SFA/RO, solicitando que adotem as medidas cabíveis para apuração do ilícito administrativo praticado pelo AFFA João Carlos de Araújo Aranha, consistente na violação ao preceito previsto no art. 116, XI, da Lei 8.112/90, considerando o tratamento ofertado as médicas veterinárias Fabiana Lo Tierzo e Ana Joisa Marques da Rocha, nos termos narrados no Memorando n.º 22/2018, cuja cópia deverá ser encaminhada em anexo. Encaminhe-se, ainda, cópia do áudio denominado record20180416143330, situado à fl. 191, para fins de instrução.

Cientifique-se a representante do presente arquivamento, nos termos previstos no art. 17 §1º, da Resolução n.º 87 CSMFP.

Publique-se, na forma do artigo 16, § 1º, inciso I, da Resolução CSMFP n.º 87, de 03/08/2006.

BRUNO RODRIGUES CHAVES
Procurador da República

RECOMENDAÇÃO Nº 5, DE 23 DE JULHO DE 2020

Notícia de Fato n. 1.31.000.000922/2020-47. ASSUNTO: Recomenda que seja disponibilizado, em sítio próprio e específico na rede mundial de computadores, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID -19, no município de Cacaulândia.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, especificamente nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República e no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar n. 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme preceitua o art. 127 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

CONSIDERANDO que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019- nCoV)”;

CONSIDERANDO que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

CONSIDERANDO que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública, destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

CONSIDERANDO que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

CONSIDERANDO nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III - registros das despesas; IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I- conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II- possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III- possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV- divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V- garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI- manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII- indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII- adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

CONSIDERANDO que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48, §1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I- quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II- quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

CONSIDERANDO ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira;

a) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

I - quanto à receita- quanto à despesa:

b) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

c) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

d) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

e) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

f) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

II - os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

CONSIDERANDO que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

CONSIDERANDO que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Offícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF - PGR-00152140/2020);

CONSIDERANDO que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

CONSIDERANDO ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, caput e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Circular n. 01/2020/CFV/GIAC – COVID19, proveniente do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através do qual remeteram dados compartilhados pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Casa Civil acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que diante das informações encaminhadas, procedeu-se a atuação de diversas notícias de fato, um para cada Município do Estado de Rondônia, com a finalidade de acompanhar a aplicação dos mencionados recursos, sendo esta destinada, especificamente, ao município de Cacaulândia;

CONSIDERANDO por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, RECOMENDAR, ao município de Cacaulândia, na pessoa do respectivo Chefe do Executivo, que disponibilize, em sítio próprio e específico na rede mundial de computadores, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:

- i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
- ii) data da transferência dos recursos;
- iii) valores efetivamente disponibilizados;
- iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e
- v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente receptor e/ou ministério da União

responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

- i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;
- ii) respectivo CNPJ/CPF;
- iii) objeto contratual;
- iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);
- v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração)

total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

- vi) prazo contratual;
- vii) número do processo de contratação;
- viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;
- ix) órgão contratante;
- x) data de celebração do contrato;
- xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;
- xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)
- xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no

diário oficial;

- xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;
- xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;
- xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;
- xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e
- xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto.

c) disponibilização, para importação, exportação, download, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de

preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de link para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou link específico relativo a COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo poder público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o download de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- o ente responsável pelo sítio na internet deverá publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

- o ente deve indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de internet, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

- o ente deve oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar link para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Ante a urgência que o caso requer, confere-se ao destinatário o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 10 (dez) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se, por meio eletrônico, cópia desta Recomendação ao seu destinatário, certificando-se nos autos a devida confirmação de recebimento.

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

LUIZ GUSTAVO MANTOVANI
Procurador da República

RECOMENDAÇÃO Nº 6, DE 23 DE JULHO DE 2020

Notícia de Fato n. 1.31.000.000932/2020-82. ASSUNTO: Recomenda que seja disponibilizado, em sítio próprio e específico na rede mundial de computadores, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID -19, no município de Rio Crespo.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, especificamente nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República e no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar n. 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme preceitua o art. 127 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

CONSIDERANDO que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019- nCoV)”;

CONSIDERANDO que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

CONSIDERANDO que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública, destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

CONSIDERANDO que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

CONSIDERANDO nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III - registros das despesas; IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I- conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II- possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III- possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV- divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V- garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI- manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII- indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII- adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

CONSIDERANDO que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48, §1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I- quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II- quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

CONSIDERANDO ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira;

a) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

I - quanto à receita- quanto à despesa:

b) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

c) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

d) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

e) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

f) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexistência, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

II - os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

CONSIDERANDO que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

CONSIDERANDO que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF - PGR-00152140/2020);

CONSIDERANDO que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

CONSIDERANDO ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, caput e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Circular n. 01/2020/CFV/GIAC – COVID19, proveniente do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através do qual remeteram dados compartilhados pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Casa Civil acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que diante das informações encaminhadas, procedeu-se a atuação de diversas notícias de fato, um para cada Município do Estado de Rondônia, com a finalidade de acompanhar a aplicação dos mencionados recursos, sendo esta destinada, especificamente, ao município de Rio Crespo;

CONSIDERANDO por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, RECOMENDAR, ao município de Rio Crespo, na pessoa do respectivo Chefe do Executivo, que disponibilize, em sítio próprio e específico na rede mundial de computadores, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID- 19, contendo, no mínimo:

i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;

ii) data da transferência dos recursos;

iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente receptor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto.

c) disponibilização, para importação, exportação, download, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de link para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou link específico relativo a COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo poder público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o download de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- o ente responsável pelo sítio na internet deverá publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

- o ente deve indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de internet, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

- o ente deve oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar l i n k para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Ante a urgência que o caso requer, confere-se ao destinatário o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 10 (dez) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se, por meio eletrônico, cópia desta Recomendação ao seu destinatário, certificando-se nos autos a devida confirmação de recebimento.

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

LUIZ GUSTAVO MANTOVANI
Procurador da República

RECOMENDAÇÃO Nº 7, DE 23 DE JULHO DE 2020

Notícia de Fato n. 1.31.000.000933/2020-27. ASSUNTO: Recomenda que seja disponibilizado, em sítio próprio e específico na rede mundial de computadores, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID -19, no município de Rio Theobroma.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, especificamente nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República e no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar n. 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme preceitua o art. 127 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

CONSIDERANDO que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019- nCoV)”;

CONSIDERANDO que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

CONSIDERANDO que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública, destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

CONSIDERANDO que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

CONSIDERANDO nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III - registros das despesas; IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I- conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II- possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III- possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV- divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V- garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI- manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII- indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII- adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

CONSIDERANDO que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48, §1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I- quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II- quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

CONSIDERANDO ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira;

a) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

I - quanto à receita- quanto à despesa:

b) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

c) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

d) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

e) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

f) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexistência, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

II - os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

CONSIDERANDO que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

CONSIDERANDO que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Ofícios com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF - PGR-00152140/2020);

CONSIDERANDO que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

CONSIDERANDO ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, caput e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Circular n. 01/2020/CFV/GIAC – COVID19, proveniente do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através do qual remeteram dados

compartilhados pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Casa Civil acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que diante das informações encaminhadas, procedeu-se a atuação de diversas notícias de fato, um para cada Município do Estado de Rondônia, com a finalidade de acompanhar a aplicação dos mencionados recursos, sendo esta destinada, especificamente, ao município de Theobroma;

CONSIDERANDO por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, RECOMENDAR, ao município de Theobroma, na pessoa do respectivo Chefe do Executivo, que disponibilize, em sítio próprio e específico na rede mundial de computadores, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:

i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;

ii) data da transferência dos recursos;

iii) valores efetivamente disponibilizados;

iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e

v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente receptor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;

ii) respectivo CNPJ/CPF;

iii) objeto contratual;

iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);

v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

vi) prazo contratual;

vii) número do processo de contratação;

viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;

ix) órgão contratante;

x) data de celebração do contrato;

xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;

xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.)

xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;

xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;

xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;

xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e

xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto.

c) disponibilização, para importação, exportação, download, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de link para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou link específico relativo a COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo poder público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comento deverão sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o download de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- o ente responsável pelo sítio na internet deverá publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

- o ente deve indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de internet, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

- o ente deve oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar l i n k para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Ante a urgência que o caso requer, confere-se ao destinatário o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 10 (dez) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se, por meio eletrônico, cópia desta Recomendação ao seu destinatário, certificando-se nos autos a devida confirmação de recebimento.

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

LUIZ GUSTAVO MANTOVANI
Procurador da República

RECOMENDAÇÃO Nº 8, DE 23 DE JULHO DE 2020

Notícia de Fato n. 1.31.000.000934/2020-71.ASSUNTO: Recomenda que seja disponibilizado, em sítio próprio e específico na rede mundial de computadores, informações e documentos referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID -19, no município de Vale do Anari.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, especificamente nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República e no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar n. 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme preceitua o art. 127 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da LC 75/1993);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus SARS-COV-2 constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a mesma Organização caracterizou a COVID-19 como pandemia;

CONSIDERANDO que, em 4 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 188/GM/MS, declarando a situação de “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019- nCoV)”;

CONSIDERANDO que em 20 de março de 2020, através do Decreto Legislativo n. 6/2020, o Congresso Nacional reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, o governo federal adotou uma série de medidas, dentre elas repassar aos Estados e municípios significativos valores para emprego nas diversas áreas afetadas pela epidemia;

CONSIDERANDO que com a promulgação da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, houve a flexibilização de exigências no âmbito dos procedimentos de contratações realizadas pela Administração Pública, destinadas a aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, que prevê que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na referida Lei deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei n. 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

CONSIDERANDO que a própria Lei 12.527/2011, bem como a Lei Complementar n. 101/2000, também trazem exigências relacionadas à transparência dos gastos públicos por todos os entes da Federação, as quais devem ser observadas concomitantemente ao regramento trazido pela Lei n. 13.979/2020;

CONSIDERANDO nesse sentido, que, nos termos do art. 8º, caput, §1º, II, III e IV e §2º, todos da Lei 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet),

de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, dentre as quais, no mínimo: II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III - registros das despesas; IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 8º, §3º, da mencionada Lei de Acesso à Informação, os referidos sítios oficiais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I- conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II- possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III- possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV- divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V- garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI- manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII- indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII- adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

CONSIDERANDO que a transparência da gestão fiscal deve ser assegurada, dentre outros, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48, §1º, II, da Lei Complementar n. 101/2000), dentre elas (art. 48-A, I e II, da LC 101/2000):

I- quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II- quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

CONSIDERANDO ainda, que, nos termos do art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010, o sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira;

a) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

I - quanto à receita- quanto à despesa:

b) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

c) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

d) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

e) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

f) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

II - os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

CONSIDERANDO que os entes federativos sob atribuição desta Procuradoria da República não dispõem de sítios eletrônicos plenamente adequados às exigências dos mencionados diplomas legais;

CONSIDERANDO que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal orientou, respeitada a independência funcional, que os Órgãos com atribuições relacionadas ao combate à corrupção acompanhassem e fiscalizassem a destinação de verbas públicas federais utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 (Recomendação n. 1/2020 do GIAC/COVID-19 e da 5ª CCR/MPF - PGR-00152140/2020);

CONSIDERANDO que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

CONSIDERANDO ademais, que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, caput e inciso IV, da Lei n. 8.429/1992 e art. 32, §2º, da Lei n. 12.527/2011;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Circular n. 01/2020/CFV/GIAC – COVID19, proveniente do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através do qual remeteram dados compartilhados pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Casa Civil acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que diante das informações encaminhadas, procedeu-se a atuação de diversas notícias de fato, um para cada Município do Estado de Rondônia, com a finalidade de acompanhar a aplicação dos mencionados recursos, sendo esta destinada, especificamente, ao município de Vale do Anari;

CONSIDERANDO por fim, que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público que possibilita a prevenção de responsabilidades e a correção de condutas (art. 1º da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público),

RESOLVE, com fundamento no art. 6º, inc. XX, da Lei Complementar n. 75/93, RECOMENDAR, ao município de Vale do Anari, na pessoa do respectivo Chefe do Executivo, que disponibilize, em sítio próprio e específico na rede mundial de computadores, informações e documentos

referentes aos recursos públicos federais recebidos e aos respectivos gastos efetuados vinculados especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com o seguinte conteúdo mínimo, e observados os demais requisitos previstos no art. 8º, §3º, da Lei n. 12.527/2011:

- a) dados sobre todos os repasses federais recebidos em razão da COVID-19, contendo, no mínimo:
 - i) banco, agência e conta corrente em que os recursos foram efetivamente disponibilizados;
 - ii) data da transferência dos recursos;
 - iii) valores efetivamente disponibilizados;
 - iv) valores porventura bloqueados e associados às aludidas transferências; e
 - v) tipo de conta utilizada para receber os valores transferidos, consoante critérios do ente receptor e/ou ministério da União responsável pelo repasse.

b) dados atinentes às licitações, dispensas de licitações, contratações e aquisições, encerradas ou em andamento, bem como à execução orçamentária e financeira das respectivas despesas, que estejam relacionadas ao enfrentamento e mitigação da pandemia decorrente da COVID-19, com os seguintes elementos mínimos, em consonância com o art. 4º, §2º, da Lei n. 13.979/2020, art. 8º, §1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, art. 48-A, I, da LC 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto 7.185/2010 e legislação correlata:

- i) nome/razão social do(a) contratado(a), consoante registros junto à Receita Federal do Brasil;
- ii) respectivo CNPJ/CPF;
- iii) objeto contratual;
- iv) valor total do contrato (em moeda nacional e internacional, se for o caso);
- v) detalhamento de cada item (descrição individual de cada item) adquirido, acompanhado do valor unitário e quantidade (ou fração) total de cada item contratado. No caso de medicamentos, acrescentar o código CEDMEX e apresentação do mesmo;

- vi) prazo contratual;
- vii) número do processo de contratação;
- viii) número do contrato firmado e/ou nota de empenho correspondente;
- ix) órgão contratante;
- x) data de celebração do contrato;
- xi) número, página e data de publicação do contrato/contratação no diário oficial;
- xii) forma de contratação (dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial, etc.);
- xiii) no caso de procedimento licitatório, indicação do número do respectivo edital e número, página e data de sua publicação no diário oficial;

- xiv) número da nota de empenho, acompanhada da data de sua emissão;
- xv) número da nota de pagamento, ordem bancária ou documento similar, acompanhada da data de sua emissão;
- xvi) data de recebimento do bem e/ou recebimento do serviço contratado;
- xvii) chave da correspondente nota fiscal eletrônica (NFe) dos bens adquiridos e/ou serviços prestados, ou alternativamente, disponibilizar o correspondente DANFE, com a correspondente chave eletrônica da NFe a ele associada; e
- xviii) identificação da fonte dos recursos que financiaram o gasto.

c) disponibilização, para importação, exportação, download, e transformação em outros formatos, dos respectivos documentos comprobatórios das informações disponibilizadas nos termos dos itens anteriores, preferencialmente a íntegra dos respectivos processos de contratação e de execução da despesa e, em casos de inviabilidade devidamente justificada, disponibilização, no mínimo, das notas fiscais, notas de empenho, ordens de pagamento, ordens de serviço e documentos referentes às contratações (estudos preliminares; termos de referência; projetos básicos; pesquisas de preços; justificativas para as situações descritas nos arts. 4º-E, §§2º e 3º e 4º-F da Lei n. 13.979/2020; editais e seus anexos; atas de julgamento; documentos referentes à habilitação dos licitantes e às propostas (depois de tornadas públicas); recursos administrativos interpostos e respectivas decisões; atos de homologação e adjudicação do objeto licitado; atas de registro de preços e documentos correlatos; além dos contratos administrativos firmados, ou, alternativamente, inserção de link para acesso direto a tais documentos em outro endereço eletrônico no qual eventualmente já estejam sendo disponibilizados (ex. Sistema Licon, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia), desde que contenha todos os documentos enumerados acima.

As informações e documentos em questão deverão ser disponibilizados em sítio ou link específico relativo a COVID-19, sem prejuízo da manutenção usual do Portal da Transparência, e deverão ser atualizados de forma contínua, em até 2 dias úteis após o recebimento do repasse federal ou da prática do ato tendente à utilização de tais valores.

Além das providências acima elencadas, deverão ser observadas/executadas as seguintes medidas:

- no caso de contratação de pessoa (natural e/ou jurídica) com declaração de inidoneidade ou suspensão em contratar com o Poder Público ou, ainda, com pendências administrativas e/ou jurídicas, tais contratações deverão ser devidamente justificadas e constar a aludida justificativa no Portal de Aquisições COVID-19;

- caso ocorra prorrogação do contrato (art. 4º-H, da Lei 13.979/2020) ou acréscimos/supressões de quantitativos dos itens contratados (art. 4º-I, da referida Lei), tais informações deverão constar do Portal de Aquisições COVID-19;

- utilizar o mencionado Portal para divulgar os Editais e fases de licitações e/ou contratações diretas promovidas pelo poder público, associados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

- todas as informações em comentário deverão ser sítios eletrônicos abertos, de amplo acesso, sem qualquer discriminação, possibilitando ainda o download de toda as informações postadas, priorizando-se o formato aberto (csv, json, etc), capazes de tornar os dados manipuláveis e reutilizáveis por terceiros, em atenção à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto n 8.777/2016);

- o ente responsável pelo sítio na internet deverá publicar ou fazer referência a um “dicionário de dados”, junto com a base de dados fornecida, contendo explanação simples dos conceitos utilizados em cada campo da planilha, favorecendo o entendimento e reutilização desses dados por terceiros;

- o ente deve indicar (no Portal) o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se (via eletrônica ou por telefone) com o órgão ou entidade detentora do sítio de internet, visando obter esclarecimentos ou informações adicionais acerca do dataset, como preconizado pelo art. 8º, § 3º, VII da Lei 12.527/2011; e

- o ente deve oferecer (no Portal) mecanismos para registro de manifestações – reclamações, denúncias, dúvidas ou elogios – com a possibilidade de anonimato, podendo-se agregar link para órgão de Ouvidoria do ente (se existente), desde que incluído no campo “assuntos” manifestações exclusivamente associadas à COVID-19, devendo tais manifestações receber atendimento preferencial aos demais.

Ante a urgência que o caso requer, confere-se ao destinatário o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para manifestação quanto ao acatamento ou não desta recomendação (devendo, em caso de recusa, declinar fundamentadamente os motivos para o não cumprimento e, no caso de acatamento, indicar as providências já adotadas), bem como o prazo de 10 (dez) dias para a efetiva implementação das medidas recomendadas (inclusive inclusão dos documentos e informações relativos a contratações porventura já encerradas).

Por fim, ressalta-se que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, e o seu não atendimento no prazo indicado poderá ensejar a adoção de outras medidas administrativas e/ou judiciais para garantir a sua observância, sem prejuízo da responsabilização pessoal do(s) agente(s) omissos(s).

Encaminhem-se, por meio eletrônico, cópia desta Recomendação ao seu destinatário, certificando-se nos autos a devida confirmação de recebimento.

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

LUIZ GUSTAVO MANTOVANI
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 18, DE 22 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n. 75/1993 e na Resolução n. 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, possuindo a incumbência constitucional de promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, adotando, para tanto, as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias no exercício de suas funções constitucionais;

CONSIDERANDO que o quadro estrutural de desigualdade existente na sociedade brasileira não pode ser potencializado em momentos de pandemia, o que significa dizer que grupos historicamente subalternizados, como a população em situação de rua e os habitantes de favelas, devem merecer atenção prioritária, uma vez que já estão, especialmente em termos de saúde pública, em situação de desvantagem em relação ao restante da coletividade nacional;

CONSIDERANDO que a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina emitiram recomendações aos governos estadual e municipais para a adoção de medidas de proteção à população em situação de rua durante a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO a reunião, por meio de videoconferência, havida em 27-03-2020, entre os Procuradores Regionais da República integrantes do Núcleo de Apoio Operacional da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da 4ª Região - NAOP-PFDC/4ª Região: Maurício Pessutto (Coordenador), Claudio Dutra Fontella, José Osmar Pumes, Marcelo Veiga Beckhausen e Paulo Gilberto Cogo Leivas, a Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) do Paraná, Indira Bolsoni Pinheiro, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Rio Grande do Sul, Enrico Rodrigues de Freitas e os Procuradores da República Jorge Irajá Louro Sodré, Mauro Cicchowksi e Suzana Bragagnolo;

CONSIDERANDO que a orientação da PFDC se dá no sentido de sugerir a instauração de um Plano de Contingência Emergencial Intersetorial que garanta o funcionamento dos equipamentos e serviços que atendam à população em situação de rua, que disponibilize álcool gel, máscaras faciais de proteção descartáveis e material informativo sobre a Covid-19 nos equipamentos e serviços que atendam à população em situação de rua, entre outras medidas a serem adotadas;

CONSIDERANDO a criação, pela PGR, do gabinete integrado de acompanhamento à pandemia de COVID-19 (GIAC-COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de atuação coordenada, sem ações conflitantes ou sobreposição de atuações;

RESOLVE instaurar Procedimento Administrativo, tendo por objetivo acompanhar, no Estado de Santa Catarina e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde, contendo a seguinte ementa:

PRDC - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PA - PPB (acompanhar políticas públicas). PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DA VIDA, SAÚDE E BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. PANDEMIA D COVID-19.

Para isso, determina:

- 1 - A atuação e o registro no âmbito da unidade, com a consequente publicação oficial;
- 2 - O sobrestamento do feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias;

Após, retornem-me conclusos.

CLAUDIO VALENTIM CRISTANI
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão/SC

PORTARIA Nº 48, DE 22 DE JULHO DE 2020

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República que subscreve, considerando o disposto no art. 8º, IV da Resolução nº 174/2017 e Resolução nº 195/2019, ambas do CNMP, resolve instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, indicando:

- a) Fundamento legal: art. 129, inciso VI, da Constituição; art. 38, I, da Lei Complementar nº 75/93 e Portaria 350, de 28/2017.
 - b) Descrição do fato: acompanhamento dos trâmites da ACP nº 5009013-94.2012.404.7201 e dos processos de licenciamento das obras de implantação do Contorno Ferroviário de Joinville e São Francisco do Sul.
 - c) Nome e qualificação da pessoa a quem o fato é atribuído: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.
 - d) Nome e qualificação do autor da representação: prejudicado.
- Dê-se ciência à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão e encaminhe-se a presente portaria para publicação.

TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ
Procurador da República

PORTARIA Nº 123, DE 22 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente as estatuídas na Constituição da República, arts. 127 e 129, na Lei Complementar nº 75/93, arts. 5º, 6º, caput e inc. VII, b, e 7º, e na RESOLUÇÃO nº 23, de 17.9.2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, e considerando os elementos constantes da Notícia de Fato nº 1.33.000.001406/2020-65, RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL - IC para coligir dados e informações sobre os fatos noticiados, a fim de que, ao final, sejam adotadas todas as providências jurídicas necessárias.

Assim, determino:

a) a abertura, o registro e a autuação de Inquérito Civil, com a seguinte ementa:

4ª CCR. MEIO AMBIENTE. DEPÓSITO DE LIXO, de REDES DE PESCA E ENTULHOS NA ILHA DA CAMPANHA, ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL, FLORIANÓPOLIS/SC.

b) a comunicação deste ato à 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, solicitando-lhes publicação.

EDUARDO BARRAGAN
Procurador da República

PORTARIA Nº 304, DE 23 DE JULHO DE 2020

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 79 da Lei Complementar nº 75, de 02 de maio de 1993 / Lei Orgânica do Ministério Público da União, de acordo com a Resolução n.º 001/2017/PJ/PRE, de 06 de novembro de 2017, e com as indicações constantes das Portarias PGJ nº 2074 e 2075, RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da designação no que respeita aos Promotores Eleitorais e períodos a seguir referidos:

ZONA ELEITORAL	PROMOTOR ELEITORAL
42ª/Turvo	CLÁUDIO EVERSON GESSER GUEDES DA FONSECA (21 a 31 do mês de julho)

DESIGNAR os Membros do Ministério Público abaixo relacionados para atuar perante a Zona Eleitoral e períodos a seguir discriminados:

ZONA ELEITORAL	PROMOTOR ELEITORAL
42ª/Turvo	MATEUS ERDTMANN (21 a 31 do mês de julho)

ANDRE STEFANI BERTUOL
Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 5, DE 20 DE JULHO DE 2020

Ementa: Município de Lorena/SP. Educação Infantil. Programa PROINFÂNCIA. Verificação das obras pactuadas e funcionamento das unidades escolares respectivas. Vinculado à 1ª CCR. Objeto: PROINFÂNCIA. Inquérito Civil n.º 1.34.029.000155/2019-11.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no cumprimento das atribuições previstas nos arts. 127, 129, incs. I e III, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB); arts. 1º, 5º, incs. I, alínea "h", II, alínea "d", III, alíneas "b" e "e", V, alínea "b", e VI, 6º, inciso VII, alíneas "a" e "b", 8º e 9º, da Lei Complementar n.º 75/93; art. 15 da Resolução CNMP n.º 23/07 e arts. 4º, inc. IV, 23 e 24 da Resolução CSMPPF n.º 87/06; e

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como as funções institucionais de promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127, caput, e 129, II e VI, da CRFB, e artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93);

CONSIDERANDO que o Ministério Público deve velar pela proteção dos direitos sociais, dentre os quais está o direito à educação, previsto nos arts. 6º, caput, e 205 da CRFB;

CONSIDERANDO que o direito à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º da CRFB), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos art. 1º e art. 3º da CRFB, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos;

CONSIDERANDO que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, sendo dever do Estado a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade (arts. 205 e 208, IV, da CRFB);

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206 da CRFB, a ação administrativa dos entes federados para a concretização do direito à educação deve ser orientada pelos princípios, dentre outros, da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e da garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO que o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente (artigo 208, §2º, da CRFB);

CONSIDERANDO que os sistemas de ensino serão organizados em regime de colaboração entre todos os entes da federação, no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia da equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (art. 211 c/c art. 24, inciso IX, § 1º, da CRFB);

CONSIDERANDO que a efetiva garantia do direito à educação pressupõe que seja assegurada igualdade de condições de acesso e permanência do educando na escola, consoante o disposto no artigo 206, I, da CRFB, o que exige que os estabelecimentos da rede pública de ensino ofereçam à comunidade escolar infraestrutura segura e adequada às necessidades educacionais;

CONSIDERANDO que compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental (artigo 30 da CRFB);

CONSIDERANDO as disposições dos arts. 8º, 9º, 10 e 11, da Lei n.º 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional –, especialmente a previsão de que os Municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela CRFB à manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Educação, estabelecido com fundamento constitucional e legal (art. 214, caput, CRFB e art. 87, § 1º, da Lei n.º 9.394/1996), é o mecanismo necessário para garantir a compatibilização das ações administrativas que cabem aos entes federados, bem como para atingir seus fins;

CONSIDERANDO que, na esteira das determinações contidas no art. 214 da CRFB, foi promulgada a Lei n.º 13.005/14, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), vigente entre os anos de 2014-2024, cuja Meta 1 estabeleceu a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade, além da ampliação da oferta de educação infantil em creches, para atender, no mínimo, 50% das crianças até 3 anos até seu fim (2024);

CONSIDERANDO que o Ministério da Educação, entre as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, implementou o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” – PROINFÂNCIA –, através da Resolução n.º 06, de 24 de abril de 2007, o qual tem como objetivo o acesso de crianças a creches e escolas e a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO que o PROINFÂNCIA atua sobre dois eixos principais: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE –, com projetos padronizados fornecidos por este ou projetos elaborados pelo próprio proponente; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

CONSIDERANDO que, em 2012, na segunda fase do PROINFÂNCIA, o FNDE lançou edital para licitar projetos de construções com “Metodologia Inovadora – MI”, dividindo o país em 14 lotes, cujo resultado classificou 4 empreiteiras para que os entes federados as contratassem;

CONSIDERANDO que o percentual de execução dos serviços realizados nas obras licitadas pela “Metodologia Inovadora” (em regra, 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa em razão da impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração para o método convencional;

CONSIDERANDO que, desde o início do PROINFÂNCIA, havia a previsão da contratação de 8.831 obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC – do FNDE, de 3.974 obras (dados atualizados em março de 2019);

CONSIDERANDO, porém, que segundo análise da Controladoria-Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 unidades foram concretamente finalizadas; sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

CONSIDERANDO que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

CONSIDERANDO que os acórdãos do Tribunal de Contas de União – TCU – ns. 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE, considerando a constatação de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido de obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, acréscimos superiores ao limite, dentre outras irregularidades;

CONSIDERANDO a conclusão do Relatório de Fiscalização do TCU n.º 490/2016, reconhecendo que o FNDE não cumpriu as determinações constantes do acórdão do TCU n.º 608/2015, relativo à auditoria que avaliou a qualidade das assistências técnicas e financeiras prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação através do PROINFÂNCIA;

CONSIDERANDO os fundamentos da Nota Técnica n.º 01/2019, do Grupo de Trabalho Interinstitucional PROINFÂNCIA, constituído através da Portaria Conjunta 1ª e 5ª CCRs n. 05, de 18 de abril de 2018, integrado por membros do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos dos Estados;

CONSIDERANDO o precedente do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Civil Originária n.º 1.827/MT, reconheceu-se a atribuição do Ministério Público Federal para apuração das irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, sem excluir a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

CONSIDERANDO as informações encaminhadas pela Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais do FNDE a esta Procuradoria da República - protocolo PRM/GRT/SP 00001457/2020, dando conta que as duas obras do Programa PROINFÂNCIA no território do Município de Lorena/SP (Creche/Pré Escola Santa Edwiges, PAC2 n.º 5147/201; Creche/Pré Escola Vila dos Comerciantes II, PAC2 n.º 6100/2013) estão em fase de execução, em relação às quais resta necessária a verificação da completa execução e efetivo funcionamento das unidades escolares respectivas;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação n.º 30, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na data de 22 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à Educação Infantil”;

CONSIDERANDO que a instauração de inquérito civil não se destina exclusivamente a possibilitar a propositura de Ação Civil Pública, mas, antes de tudo e fundamentalmente, visa à apuração séria e formal de fatos a serem submetidos a exame pelo Ministério Público, tendo a precípua finalidade de permitir a atuação legítima e a formação de convencimento do agente político ministerial quanto à verificação da hipótese concreta

que exija a atuação da Instituição constitucionalmente destinada à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (eu retiraria esta parte, parece um pouco redundante, já que consta dos considerandos);

PROMOVE, com amparo nas disposições do art. 129, III, da CF, art. 8º, da Lei n.º 7.347/1985, art. 25, IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/1993, da Resolução CNMP n.º 23/2007, com alterações introduzidas pela Resolução CNMP n.º 161/2017, a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO destinado a apurar a completa execução das obras pactuadas pelo Município de Lorena/SP no escopo do Programa PROINFÂNCIA, bem como o efetivo funcionamento das respectivas unidades escolares.

Desse modo, DETERMINO o cumprimento das diligências abaixo determinadas:

1. A conversão deste procedimento preparatório em inquérito civil público;

2. a remessa destes autos ao Técnico em Transporte e Segurança desta unidade ministerial, Keller Angelos Ferreira Costa Pinto, para que realize diligência no local de cada uma das unidades escolares acima referidas, acompanhada de relatório circunstanciado com registro fotográfico, a fim de esclarecer o que segue:

a) Nos endereços indicados para a construção das unidades escolares pactuadas pelo Município com o FNDE há sinais físicos de sua existência?

b) Inexistindo sequer sinais físicos da existência de obras nos endereços indicados, há placas ou outros sinais que indiquem a sua natureza e sua futura execução no local indicado?

c) Existindo sinais físicos de sua existência, as obras pactuadas nos endereços indicados encontram-se aparentemente concluídas?

d) Em caso positivo, há indicativos do efetivo funcionamento da unidade escolar?

e) Segundo informações prestadas pela Direção da unidade escolar, qual a etapa escolar atendida (creche ou pré-escola), e quantas turmas de alunos existem por turnos de funcionamento?

f) Em caso de resposta negativa à letra “c”, há sinais de que a obra ainda se encontra em execução (movimentação em canteiro de obras etc.)?

g) Nesse caso, qual o prazo estimado para a completa conclusão da obra?

h) Ao contrário, há sinais de que a execução da obra encontra-se paralisada?

i) Se possível, averiguar os motivos que determinaram a interrupção da execução da obra, bem como a data em que se deu a paralisação.

j) Quem era o gestor responsável à época da paralisação das obras?

RICARDO BALDANI OQUENDO
Procurador da República

PORTARIA Nº 29, DE 22 DE JULHO DE 2020

Procedimento Preparatório nº 1.34.024.000159/2019-31. Assunto: Convolação em Inquérito Civil.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, no artigo 2º da Resolução CNMP n.º 23/2007 e no art. 2º da Resolução CSMPF n.º 87/2010:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos e, em especial, para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que, conforme previsto no art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promovê-la;

CONSIDERANDO que esta Procuradoria da República recebeu relatos de pacientes que foram atendidos na Unidade de Pronto Atendimento Dr Hélio Migliari Filho (UPA de Ourinhos) e, mesmo diante da necessidade de internação hospitalar, não foram transferidos para a Santa Casa local;

CONSIDERANDO que, durante a tramitação do presente feito foi amplamente divulgado em veículos de comunicação áudio em que o então Diretor Técnico da unidade de saúde orienta uma médica a não transferir pacientes para a Santa Casa de Ourinhos, salvo aqueles com quadro clínico muito grave;

CONSIDERANDO que, ante a gravidade da situação, os fatos devem ser melhor apurados;

CONSIDERANDO que, por outro lado, os dados até então juntados ao feito não são suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasar a propositura de ação civil pública (cf. art. 4º, §4º, da Res. CSMPF 87/2006, incluído pela Res. CSMPF Nº 106/2010);

CONSIDERANDO que, embora não decorrido o prazo de tramitação do presente feito como Procedimento Preparatório, ante a necessidade de requisitar informações e realizar diligências indispensáveis à elucidação do caso, em observância à RECOMENDAÇÃO Nº 01/CMPPF de 01 de julho de 2020

RESOLVE

CONVERTER, nos termos do disposto no artigo 2º, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e art. 2º Resolução CSMPF n.º 87/2010, o presente Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL, com o fim de apurar eventuais irregularidades estruturais, organizacionais e de atendimento na Unidade de Pronto Atendimento de Ourinhos (UPA), bem como eventual irregularidade no procedimento de encaminhamento de pacientes da UPA para a Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos. Determino, para tanto, as seguintes diligências/providências:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com o Procedimento Preparatório nº 1.34.024.000159/2019-31;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia PFDC e providencie-se a publicação desta portaria;
4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMFP 87/06, com a redação da Resolução CSMFP 106/10;
5. cumpra-se o despacho registrado com nº PRM-ORH-SP-00005013/2020;

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 189, DE 23 DE JULHO DE 2020

Notícia de Fato nº 1.34.001.003177/2020-76

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que foram autuadas e distribuídas, para o 37º Ofício Cível da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, os autos da Notícia de Fato nº 1.34.001.003177/2020-76, instaurada para apurar eventual movimentação financeira a descoberto por Aldemir Bendini, entre 2010 a 2013;

CONSIDERANDO que os documentos constantes dos autos dão conta de possível prática de ato(s) de improbidade administrativa que importou (importaram) enriquecimento ilícito, causou (causaram) prejuízo ao erário e atentou (atentaram) contra os princípios da administração pública (arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, respectivamente), sem prejuízo da responsabilidade penal (art. 37, § 4º, da Constituição Federal e art. 12, caput, da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5º, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6º, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 1º da Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode e deve e ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1º, inciso IV, e 5º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e arts. 5º e 17 da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processarem e julgarem as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.003177/2020-76 (art. 5º, inciso III, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).
2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01, de 25 de março de 2014, da Divisão Cível Extrajudicial da Procuradoria da República em São Paulo).
3. Controle-se o respectivo prazo (art. 9º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 15 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).
4. Solicite-se a publicação da portaria de instauração.
5. Designo o(s) Analista(s) Processual(ais) e o(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculado(s) ao gabinete para secretariarem o inquérito civil (arts. 4º, inciso V, e 6º, § 1º, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público).

ANA CAROLINA YOSHII KANO UEMURA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 378, DE 22 DE JULHO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República subscritora, com fundamento nos artigos 127, "caput" e 129, II, III e IX, da Constituição Federal e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993:

CONSIDERANDO sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea "d", e inciso III, alínea "b" e "e", da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, alínea "b" e XIV, alínea "f", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa da probidade administrativa e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar o Processo de Supervisão do MEC em face da Universidade Brasil;

RESOLVE INSTAURAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO, para acompanhar e tomar ciência do andamento do Processo Administrativo de Supervisão nº 23000.001788/2020-29 do MEC em face da Universidade Brasil. Para tanto,
DETERMINA: I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/SP; II - Publique-se a presente portaria, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (arts. 4º e 9º da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público combinado como art. 9º da Resolução nº 174/2017 do mesmo Conselho).

ANA LETÍCIA ABSY
Procuradora da República

RECOMENDAÇÃO Nº 11, DE 23 DE JULHO DE 2020

Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas -
PA/PPB nº 1.34.015.000171/2020-98

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, bem como nos artigos 1º e 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993, vem expor e recomendar o que segue:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que dispõe o artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo Coronavírus - SARS-COV-2 – constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, caracterizou a COVID-19 como pandemia;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, declarou situação de "Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no território nacional;

CONSIDERANDO o previsto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que a publicidade é um dos princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, conforme previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), visando a cumprir o mandamento constitucional de acesso a informações, delinea dados mínimos a serem divulgados em sítios oficiais da rede mundial de computadores pelos órgãos e entidades públicas, com a utilização de ferramenta de pesquisa e linguagem de fácil compreensão;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.527/2011, bem como o Decreto nº 7.724/2012, que a regulamenta, devem ser observados, concomitantemente, ao regimento da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) determina que deve ser assegurado pelo Poder Público a "gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação" (artigo 6º, inciso I);

CONSIDERANDO que o artigo 8º, §1º, incisos II, III e IV c/c § 2º, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) obriga o ente municipal a divulgar em sítio oficial da internet: "registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros" (inciso II); "registros das despesas" (inciso III); "informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados" (inciso IV);

CONSIDERANDO que o artigo 7º, § 3º, incisos III, IV e V, do Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei nº 12.527/2011, determina que devem ser publicizados, na seção específica da "transparência" dos sítios eletrônicos oficiais: "repasses ou transferências de recursos financeiros" (inciso III); "execução orçamentária e financeira detalhada" (inciso IV); e "licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas" (inciso V);

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, estabeleceu, em seu artigo 4º, a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da referida emergência de saúde pública, mas obrigou que "todas as correspondentes contratações ou aquisições sejam imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet) contendo, no que couber, além das informações previstas no parágrafo 3º do artigo 8º da Lei 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição";

CONSIDERANDO que o artigo 4º-E, § 1º, inciso VI, da Lei nº 13.979/2020, prevê, nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata referida lei, a necessidade de estimativas de preços obtidas por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: a) Portal de Compras do Governo Federal; b) pesquisa publicada em mídia especializada; c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; d) contratações similares de outros entes públicos; ou e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores;

CONSIDERANDO que, somente excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI acima citado (artigo 4º-E, § 2º, da Lei nº 13.979/2020);

CONSIDERANDO que a publicidade das informações e documentos relacionados aos gastos públicos é essencial ao seu acompanhamento e fiscalização, tanto pelo cidadão como pelos órgãos de controle, inclusive por este órgão ministerial, e que a pronta disponibilidade de dados, independente de prévia solicitação, propicia uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de combate à corrupção, além de reduzir a margem para a ocorrência de eventuais desvios por parte dos responsáveis pela gestão das contas públicas;

CONSIDERANDO que negar publicidade aos atos oficiais, na forma exigível pelo ordenamento ora mencionado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 11, inciso IV, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

CONSIDERANDO que, em recente decisão que suspendeu a eficácia do artigo 6º-B da Lei nº 13.979/2020, proferida na ADI nº 6351, o Supremo Tribunal Federal ressaltou que a publicidade e a transparência ganham ainda mais relevância no momento atual, quando gestores públicos estão autorizados a dispensar licitações para aquisição de insumos e serviços para fazer frente à pandemia do novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que o município de Mirassol recebeu verbas federais para o enfrentamento da COVID-19;

CONSIDERANDO que não consta do site da prefeitura de Mirassol, em todos os processos de dispensa de licitação, a realização de estimativas de preços para a aquisição dos produtos/serviços necessários ao enfrentamento da emergência de COVID-19, conforme previsto no artigo 4º-E, § 1º, inciso VI, da Lei nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, VI, da CF; artigo 8º, II, LC 75/93);

CONSIDERANDO, finalmente, que ao Ministério Público Federal incumbe a expedição de RECOMENDAÇÕES, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como à defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, consoante o artigo 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/1993, resolve RECOMENDAR:

I) ao município de Mirassol/SP, na pessoa de seu prefeito, que PROMOVA, no prazo de 30 dias, a adequação das medidas de transparência relativamente às despesas do enfrentamento da pandemia da COVID-19, assegurando estejam inseridos em seu Portal da Transparência (em campo específico relativo à COVID-19), e atualizados em tempo real, os dados exigidos pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), pelo Decreto nº 7.724/2012 e notadamente pela Lei nº 13.979/2020, especialmente com o atendimento dos seguintes pontos:

a) que faça constar de seu portal da transparência (campo específico relativo à COVID-19), inclusive em relação às despesas futuramente realizadas, todos os dados exigidos pela Lei nº 13.979/2020, em especial, a justificativa da escolha do fornecedor, com o resultado das estimativas de preços de mercado realizadas, em todos os processos de dispensa de licitação, para a aquisição dos produtos/serviços necessários ao enfrentamento da emergência de COVID-19, conforme previsto no artigo 4º-E, § 1º, inciso VI, da Lei nº 13.979/2020, ou justificativa da impossibilidade de fazê-lo, conforme previsto no artigo 4º-E, § 2º, da mesma lei, bem como que sejam disponibilizados todos os contratos firmados com as empresas contratadas.

Na forma dos artigos 6º, inciso XX, e 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, fixo o prazo de 10 (dez) dias para o ente municipal manifestar-se perante este órgão ministerial: a) pelo acatamento da presente recomendação, indicando as medidas que tenham sido ou que serão adotadas para atender ao quanto recomendado; ou b) pelo não acatamento, neste caso com as devidas justificativas.

Em sendo acatada a presente recomendação, fixo desde já o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento, para que o ente municipal comprove a este órgão ministerial que inseriu em seu sítio eletrônico as informações acima recomendadas.

A partir da data de entrega da presente recomendação, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL considera seu destinatário como pessoalmente ciente da situação ora exposta e, nesses termos, passível de responsabilização por quaisquer eventos futuros imputáveis à sua omissão.

A resposta à presente deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do Protocolo Eletrônico MPF, disponível em www.peticionamento.mpf.mp.br, mediante petição eletrônica nos autos nº 1.34.015.000171/2020-98.

Faz-se impositivo constar que a presente recomendação não esgota a atuação do Ministério Público Federal sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou eventual ajuizamento de Ação Civil Pública.

Por fim, requisito ao prefeito do município de Mirassol/SP que informe, no prazo de 10 (dez) dias, se realizou as estimativas (pesquisas) de preços de mercado em relação aos produtos/serviços adquiridos, mediante dispensa de licitação, para o enfrentamento da Covid-19, com verbas públicas federais repassadas ao município, encaminhando-se a documentação comprobatória.

ANNA FLÁVIA NÓBREGA CAVALCANTI UGATTI
Procuradora da República

EXPEDIENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA GERAL SECRETARIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO

Diário do Ministério Público Federal - Eletrônico Nº 139/2020
Divulgação: sexta-feira, 24 de julho de 2020 - Publicação: segunda-feira, 27 de julho de 2020

SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03
CEP: 70050-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3105.5913
E-mail: pgr-publica@mpf.mp.br

Responsáveis:

Fernanda Rosa de Vasconcelos Oliveira
Subsecretária de Gestão Documental

Renata Barros Cassas
Chefe da Divisão de Editoração e Publicação